

**ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR - INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA DA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO POLICIAL
MILITAR E SEGURANÇA PÚBLICA (CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS - CAO)**

MARCIO CUNHA CABRAL

**A PMES NA GESTÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS: ANÁLISE DE
PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRA PARA
REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR**

CARIACICA
2017

MARCIO CUNHA CABRAL

A PMES NA GESTÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS: ANÁLISE DE
PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRA PARA
REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Gestão Policial Militar e Segurança Pública da Academia de Polícia Militar do Espírito Santo - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Pública (APM/ES), como requisito parcial para a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Orientação: Cel PM RR MSc. Sonia do Carmo Grobério.

CARIACICA
2017

MARCIO CUNHA CBRAL

A PMES NA GESTÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS: ANÁLISE DE
PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRA PARA
REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Gestão Policial Militar e Segurança Pública da Academia de Polícia Militar do Espírito Santo - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Pública (APM/ES), como requisito parcial para a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Aprovada em 03 de Outubro de 2017

COMISSÃO EXAMINADORA

Coronel PM RR Sonia do Carmo Grobério
Polícia Militar do Espírito Santo – Mestre
Orientadora

Major QOCPM Emília Alves – Mestre
Polícia Militar do Espírito Santo
Convidada

Profª Bernadete Gama Gomes Poyes
Convidada

Ao Senhor meu Deus que sempre me dá
forças para caminhar.

À minha esposa Danielle e à minha filha
Emanueli que estão sempre ao meu lado
dando sentido ao meu viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, em especial a minha esposa e filha que estiveram ao meu lado em cada instante desse curso, orando por mim, e me ajudando a vencer mais essa etapa da minha vida profissional.

Agradeço à Coronel Sonia, orientadora deste trabalho, que me auxiliou desde o início a desenvolver cada etapa dessa pesquisa, demonstrando total dedicação e interesse pelo o tema.

Agradeço ao Tenente Coronel Virgílio Guedes da Paixão, integrante da PMGO e profundo conhecedor dos colégios militares daquela corporação, que auxiliou significativamente nas pesquisas acerca do projeto dos CPMG, fornecendo informações relevantes.

Agradeço ao Tenente Coronel Porto, meu comandante no 5º BPM, que juntamente com o Major Bissoli me auxiliaram em tudo que necessitei, ao longo de todo o CAO.

Agradeço ao Secretário de Estado André Garcia, que com muito bom grado nos concedeu uma entrevista que contribuiu de forma importante para a conclusão do trabalho.

Sou muito grato também aos meus companheiros do CAO/2017, que sempre me auxiliaram em todos os aspectos, em especial aos Capitães Evaristo, Pinheiro, Kunsch e André.

Aos tantos outros que de alguma forma me auxiliaram nessa empreitada, deixo aqui meus sinceros agradecimentos.

“Instrui o menino no caminho em que deve andar, e até quando envelhecer não se desviará dele.”

Provérbios 22:6

RESUMO

Trata da Análise de implantação da gestão de colégios estaduais pela polícia militar no município de Serra, estado do Espírito Santo. Apresenta dados que apontam para uma profunda crise da disciplina escolar que tem por conseqüência o aumento da violência escolar, queda no rendimento e aumento da evasão escolar. Demonstra que os colégios militares geridos pela polícia militar no Brasil, que apresentam disciplina mais rígida em sua gestão, alcançaram importantes resultados no Ideb e ENEM. Aborda a teoria de Michael Foucault sobre a educação, e sua visão da escola como instituição disciplinar moderna, que molda o indivíduo para ser útil e produtivo a sociedade. Analisa o projeto de implantação de colégios da polícia militar no estado de Goiás, destacando o ensino do civismo e a gestão disciplinadora como pontos fortes desse modelo de ensino, constatando que a implantação daqueles colégios repercutiram na redução da violência escolar. Aponta que o estado do Espírito Santo, apesar de um estado economicamente forte, possui elevados índices de violência, em especial no interior das escolas, sendo o município de Serra o que apresenta as piores taxas. Define como hipótese a implantação de colégios geridos pela polícia militar no município de Serra como medida eficiente no auxílio à redução da violência escolar. Utiliza a pesquisa bibliográfica e documental, na busca do entendimento de temas correlatos, adotando o presente trabalho, o método de abordagem hipotético-dedutivo. Confirma a hipótese e conclui que a instalação de colégios geridos pela PM na Serra, será uma importante ferramenta no controle da violência escolar, além de proporcionar melhor rendimento e menor evasão entre os discentes.

Palavras-chave: Indisciplina escolar. Violência escolar. Civismo. Colégios da polícia militar.

ABSTRACT

The analysis of the implementation of the management of state colleges by the military police in the municipality of Serra, state of Espírito Santo. It presents data that point to a deep crisis of school discipline that has as a consequence the increase of school violence, drop in income and increase in school dropout. It shows that military colleges run by the military police in Brazil, which have more rigid discipline in their management, have achieved important results in Ideb and ENEM. It addresses Michael Foucault's theory about education, and his view of school as a modern disciplinary institution, which shapes the individual to be useful and productive society. It analyzes the project of implantation of colleges of the military police in the state of Goiás, highlighting the teaching of civism and the disciplinary management as strengths of this model of education, noting that the implantation of those colleges had repercussions in the reduction of school violence. It points out that the state of Espírito Santo, despite an economically strong state, has high levels of violence, especially inside schools, with Serra municipality having the worst rates. It defines as hypothesis the implantation of schools managed by the military police in the municipality of Serra as an efficient measure to help reduce school violence. It uses the bibliographical and documentary research, in the search of the understanding of related themes, adopting the present work, the method of hypothetico-deductive approach. It confirms the hypothesis and concludes that the establishment of schools managed by the PM in the Serra will be an important tool in the control of school violence, besides providing better income and less evasion among students.

Keywords: School discipline. School violence. Civility. Military police colleges.

LISTA DE SIGLAS

BPM – Batalhão da Polícia Militar

CEPM – Comando de Ensino Policial Militar

CPM – Colégio da Polícia Militar

CPMG – Colégio da Polícia Militar de Goiás

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IEPM – Instituto Educacional da Polícia Militar

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

GEAC – Gerência de Estatísticas e Análise Criminal

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos

PM – Polícia Militar

PMES – Polícia Militar do Espírito Santo

PMGO – Polícia Militar de Goiás

RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória

SEDU – Secretaria Estadual de Educação

SESP – Secretaria de Segurança Pública

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de homicídios por Unidade da Federação - Brasil, 2004 a 2014.....	78
Tabela 2 - Escolas públicas estaduais situadas nos bairros (ou próximo) com maiores índices de homicídio do município de Serra-ES.	66
Tabela 3- Quantitativo de CPM distribuídos por ente federativo	79
Tabela 4 - Índice do Ideb de alguns CPM – 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano	82
Tabela 5 - Relação de CPMG em funcionamento no estado de Goiás em 2017	83
Tabela 6 - Relação de CPMG aguardando implantação no estado de Goiás em 2017	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Homicídios dolosos cometidos no município de Serra	57
Gráfico 2 - Ocorrências atendidas pela patrulha escolar da PMES em 2015.....	60
Gráfico 3 - Ocorrências atendidas pela patrulha escolar da PMES em 2016.....	61
Gráfico 4 - Ocorrências de posse/uso de drogas atendidas pela patrulha escolar em 2015	62
Gráfico 5 - Ocorrências de vias de fato atendidas pela patrulha escolar em 2015....	62
Gráfico 6 - Bairros de Serra com os maiores índices de homicídio em 2015.....	64
Gráfico 7 - Bairros de Serra com as maiores taxas de homicídio em 2015.....	65

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - CPMG – Unidade Hugo de Carvalho Ramos: “Escola de Civismo e Cidadania”	91
Figura 2 - Organograma dos CPMG	85
Figura 3 - Matriz Curricular do CPMG - Ensino Fundamental II	86
Figura 4 - Matriz Curricular do CPMG – Ensino Médio	87

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
2	COLÉGIOS MILITARES NO BRASIL: UMA REALIDADE DESDE 1949.....	19
3	INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA: REFLEXOS NO AMBIENTE ESCOLAR	28
3.1	RADIOGRAFIA DA INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR.....	29
3.2	A DISCIPLINA ESCOLAR SOB O OLHAR DE FOUCAULT	36
4	SISTEMA DE COLÉGIOS DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS: DA BASE LEGAL À EXPANSÃO POR TODO O ESTADO	40
4.1	AS ETAPAS DE EXPANSÃO DOS COLÉGIOS DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS....	41
4.2	ETAPAS PARA CRIAÇÃO DOS CPMG	43
4.3	CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO ESCOLAR EXERCIDA PELA POLÍCIA MILITAR	44
4.3	O REGIMENTO ESCOLAR DOS CPMG	49
4.5	OS REFLEXOS DA IMPLANTAÇÃO DOS CPMG NO AUXÍLIO À REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR	51
5	A PMES NA GESTÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS: ANÁLISE DE PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO NO MUNICÍPIO DA SERRA /ES	56
5.1	PANORAMA DA VIOLÊNCIA NO ES E NO MUNICÍPIO DA SERRA	56
5.2	GESTÃO DE COLÉGIOS PELA POLÍCIA MILITAR NO MUNICÍPIO DA SERRA: PROPOSTA PARA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA.....	63
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS.....	70
	APÊNDICE A	75
	ANEXO 1.....	78
	ANEXO 2.....	79
	ANEXO 3.....	82
	ANEXO 4.....	83
	ANEXO 5.....	84
	ANEXO 6.....	85
	ANEXO 7.....	86
	ANEXO 8.....	87
	ANEXO 9.....	88
	ANEXO 10.....	91

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A violência no estado do Espírito Santo é um tema de grande relevância para a sociedade e governo e tem atingido, nas últimas décadas, índices preocupantes. Segundo informações do Atlas da Violência, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), indica que no ano de 2014 o Espírito Santo registrou um total de 1.608 homicídios dolosos, alcançando a taxa de 41,4 homicídios para cada grupo de 100.000 habitantes, o que coloca o estado entre os mais violentos do país.

Essa violência por sua vez, também atinge o ambiente escolar no ES, onde segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015 (PENSE), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com alunos do 9º ano do ensino fundamental: (dados relativos ao estado do ES e declarações feitas em relação a fatos que se deram no mês anterior à pesquisa) 64,9% dos escolares freqüentam escolas que declaram estar situadas em áreas de risco em termos de violência (só perde para o Distrito Federal e São Paulo); 53,2% afirmam que se sentiram humilhados por provocações de colegas; 20,2% deles reconhecem que adotaram comportamentos que magoaram, aborreceram ou ofenderam outros alunos (só fica atrás do DF, RR e SP), e ainda 12,7% dos escolares faltaram às aulas por não se sentirem seguros no interior da própria escola.

Diante desses dados, constatamos que a indisciplina e a violência escolar tem se tornado um problema real e muito grave em um grande número de escolas públicas do ES. Práticas violentas como o *bullying*¹ também é uma triste realidade desses centros de ensino, e tais situações perturbam todo o ambiente escolar, impedindo o desenvolvimento do ensino, que deveria ocorrer de forma prazerosa, natural e sob um clima de paz e harmonia.

Outros problemas que assolam as salas de aula brasileiras, dizem respeito ao baixo rendimento escolar e a elevada taxa de evasão escolar. Segundo relatório divulgado em 2016 pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil é um dos dez países com mais alunos com baixo rendimento

¹ Bullying é uma palavra de origem inglesa que significa “intimidação”. O termo é uma derivação de bully que, por sua vez, significa “valentão”. No Brasil, a palavra “Bullying” é utilizada principalmente em relação aos atos agressivos entre alunos e/ou grupos de alunos nas escolas.

escolar em matemática, leitura e ciência, e que cerca de 1,1 milhão de estudantes brasileiros com 15 anos não têm capacidades elementares para compreender o que lêem e nem conhecimentos essenciais em matemática e ciências.

Em relação ao problema da evasão escolar, o Censo Escolar de 2015 revela que há 1,6 milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da escola. Outros 8,1 milhões de alunos cursam o ensino médio, segundo levantamento com dados de todo o país, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Isso nos dá uma taxa de 16,5% de jovens nessa idade fora da escola. Também segundo o IBGE (2015), a maioria (52%) dos jovens fora da escola abandonou os estudos sem sequer ter completado o Ensino Fundamental.

Diante de um cenário tão difícil, observamos que a gestão disciplinar de escolas públicas pelas Polícias Militares no Brasil tem se mostrado como um projeto interessante, que tem chamado a atenção de governantes, gestores da educação, pais e alunos. Nesse sentido, o estado de Goiás, tem dirigido um projeto onde a gestão administrativa e disciplinar de algumas escolas passam a ser conduzidas pela Polícia Militar, que possui como pilares principais a hierarquia e a disciplina. Tais projetos tem apresentado resultados relevantes, como é o caso do Colégio da Polícia Militar Dr. César Toledo, de Anápolis-GO, que alcançou nota 6,7 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e obteve a 20ª maior pontuação do país em 2011 (entre as escolas públicas).

A rotina dos alunos da escola com o melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em 2011 no estado de Goiás começa com uma inspeção diária feita por policiais militares. Eles dão orientações cívicas, pregam o respeito e conferem o visual de todos os 1.800 estudantes do Colégio da Polícia Militar de Goiás Dr. César Toledo, de Anápolis, a 55 de km de Goiânia. Uniformes limpos e bem passados, cabelos arrumados e até as unhas são checadas. Tudo isso pode parecer exagero, mas tornou-se parte do segredo de sucesso da escola, que investe em disciplina rígida e na integração com a família. “Nosso diferencial é a disciplina. Cobramos isso dos alunos e insistimos na participação dos pais, que estão sempre presentes. Afinal, a educação começa em casa. Aqui é só um complemento”, afirma o tenente-coronel e diretor da unidade, Edmilson Pereira de Araújo. Ele explica que os profissionais da educação cuidam das áreas pedagógica e administrativa enquanto 30 policiais asseguram a parte disciplinar. (Nascimento, 2012, p. 01).

Observa-se também, que os colégios geridos pela polícia militar, apresentam baixo índice de desistência e grande procura, como é destacado na declaração do Diretor de um dos Colégios da Polícia Militar de Goiás: “Há quatro anos, o ingresso na

instituição passou a ser através de sorteio, e não mais por exames de seleção. A fila de espera hoje é de mais de 1.200 alunos, que desejam entrar no colégio, calcula o diretor” (Nascimento, 2012, p. 01).

Quando analisamos um modelo diferenciado de gestão escolar com foco na disciplina, aos moldes dos desenvolvidos em colégios militares, verificamos a necessidade de buscar os pensamentos pedagógicos de Michel Foucault, (1987) que contribuíram muito para o campo de estudo da educação ao levantar questões importantes sobre o “sujeito”, poder disciplinar, modernidade e sobre as diversas instituições modernas, dentre as quais a escola, que são responsáveis por transmitir ao indivíduo valores que irão moldá-lo e prepará-lo para a vida em sociedade.

Sabe-se que o elemento central para qualquer pedagogia é o sujeito, e aqui deve ser feita a articulação entre Foucault e a educação, pois o sujeito também foi tema principal das pesquisas de Foucault. É numa análise minuciosa do sujeito que Foucault nos apresenta uma nova perspectiva para a educação.

Segundo seus estudos, a escola é uma instituição disciplinar, isto é, um suporte para o exercício do poder disciplinar. Contudo, uma instituição disciplinar em crise, pois de acordo com Foucault: “a disciplina, que era eficaz para manter o poder, perdeu uma parte de sua eficácia. Nos países industrializados, as disciplinas entram em crise” (FOUCAULT, 2006, p. 268).

Registra-se que os problemas enfrentados pelo Estado de Goiás, bem como em outros estados do Brasil, como no caso do Estado do Espírito Santo, são semelhantes. Dentre estes problemas, nos chama atenção a vitimização de jovens e adolescentes. O Atlas da Violência (IPEA, 2016) indica que no ano de 2014 o Espírito Santo registrou 1.608 homicídios, sendo que destes, 952 eram jovens entre 15 e 29 anos, ou seja, cerca de 60% do total de vítimas. Assim, faz-se necessário buscar soluções que tenham como público alvo os jovens e adolescentes, não apenas os levando para escola, mas lhes fornecendo um ensino de qualidade em um ambiente seguro para o processo de ensino-aprendizagem.

O município de Serra, por sua vez, se destaca entre os municípios capixabas com o maior índice de homicídios, 72,4 por grupo de 100.000 habitantes em 2014, e chegando a figurar entre os dez municípios mais violentos do país (ENGEL, 2015).

No ano de 2015, a Serra foi responsável por 23% de todos os homicídios registrados no estado do Espírito Santo (ES), dentre um total de 78 municípios, de acordo com dados da Gerência de Estatísticas e Análise Criminal da SESP. Diante disso, buscou-se verificar se as escolas situadas em determinados bairros de Serra, seriam os locais apropriados para implantação de CPM em solo capixaba.

Considerando o cenário atual acima descrito, indagou-se: a gestão em colégios estaduais, realizada pela Polícia Militar, já aplicada em outros Estados da federação, poderá contribuir para a redução da indisciplina e da violência nas escolas do Espírito Santo?

Para responder ao questionamento apontado a pesquisa segue uma metodologia para dar validade científica aos conhecimentos produzidos. Nos aspectos de método de abordagem e procedimento Prodanov e Freitas (2013, p. 26) informam que “por método podemos entender o caminho, a forma, o modo de pensamento. É a forma de abordagem em nível de abstração dos fenômenos”.

Relacionando o problema exposto com a hipótese é possível afirmar que o presente estudo adotou o método de abordagem hipotético-dedutivo para analisar se a Gestão em colégios estaduais, realizada pela Polícia Militar, já aplicada em outros Estados da federação, poderá contribuir para a redução da indisciplina e da violência e seus reflexos nas escolas no Estado do Espírito Santo. Os mencionados autores assim aduzem quanto ao método:

Inicia-se com um problema ou uma lacuna no conhecimento científico, passando pela formulação de hipóteses e por um processo de inferência dedutiva, o qual testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela referida hipótese (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 32).

Para Gil (2008, p. 15), “esses métodos têm por objetivo proporcionar ao investigador os meios técnicos, para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais”.

Na classificação doutrinária o presente estudo utilizou o método de procedimento monográfico, sendo que Gil (2008), citado por Prodanov e Freitas (2013), entende que “o método monográfico tem como princípio de que o estudo de um caso em

profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes”.

Assim, no que se refere aos objetivos, levando em consideração a produção do conhecimento científico, foi adotada a pesquisa descritiva.

Nas palavras de Prodanov e Freitas (2013, p. 52) essa metodologia é empregada “quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Enveredando pela seara classificatória, quanto ao conceito operativo, na estruturação do arcabouço teórico de suporte conceitual e doutrinário, alicerçando o processo de hermenêutica, foi empregada a pesquisa bibliográfica em livros e trabalhos acadêmicos. Ademais, o trabalho baliza as diretrizes em pesquisa documental.

Na esteira da classificação foi utilizada, em caráter de complementação, a pesquisa de campo realizada pelo Tenente Coronel Sérgio Inácio de Araújo, da Polícia Militar de Goiás, no Colégio da Polícia Militar de Goiás – Unidade José de Alencar, com a finalidade de angariar informações e/ou conhecimentos acerca das variáveis presentes no estudo.

Além disso, quanto à natureza, a presente pesquisa classifica-se como aplicada. Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 51), pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos”. O estudo tem por escopo, face aos conhecimentos produzidos, analisar a implementação de colégios sob a gestão militar no município de Serra/ES como proposta para a redução da violência escolar.

Na continuidade da classificação metodológica, quanto à forma de abordagem, leciona Prodanov e Freitas (2013, p. 70): “A utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem qualitativa pelo fato de utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades”. Assim, a presente monografia adotou a forma de abordagem quantitativa. Já no âmbito de técnicas de pesquisa foi utilizada, no

trabalho, conforme classificação de Prodanov e Freitas (2013), as técnicas de documentação indireta e direta.

Para atender aos objetivos propostos e dar resposta ao problema o trabalho foi desenvolvido em capítulos, onde o primeiro capítulo traz, em linhas gerais, as considerações iniciais sobre o tema, onde são apresentados os objetivos gerais e específicos, as hipóteses e a metodologia, bem como as justificativas para a escolha do tema.

O segundo capítulo traz um breve histórico dos colégios das polícias militares brasileiras, evidenciando os motivos e o contexto social que ensejaram sua criação, bem como, os fins que se almejavam alcançar com a implantação do ensino militar baseado no civismo, hierarquia e disciplina. Objetivou-se ainda estabelecer um quadro atual dos colégios existentes e sua distribuição pelos estados da federação.

No terceiro capítulo se analisa alguns aspectos atinentes a indisciplina e violência escolar, usando dados provenientes de importantes pesquisas realizadas por órgãos especializados. Estudam-se alguns ensinamentos de Foucault sobre a disciplina e a educação, sobre o ensino tradicional e o sistema de poder e saber que existe nas instituições modernas como o colégio, buscando entender o processo de docilização dos corpos e sua formação para atender as necessidades da sociedade moderna, relacionando os pensamentos de Foucault com a necessidade de haver mais disciplina nas escolas de hoje.

No quarto capítulo é abordado o processo de planejamento, implantação e gestão dos Colégios da Polícia Militar de Goiás, analisando como a teoria foucaultiana, com foco na disciplina, utilizada nesses colégios contribui na redução da violência escolar, melhora o rendimento dos alunos e diminui a evasão escolar.

No quinto capítulo o enfoque é centrado na análise da implementação de colégios sob a gestão militar no Estado do Espírito Santo como proposta para a redução da violência escolar. Inicialmente apresentamos dados relativos à violência escolar registrada em determinadas escolas serranas, situadas em alguns bairros com elevados índices de homicídio. E Por fim apresentamos a necessidade de políticas públicas para redução da violência escolar no município de Serra, através da implantação da gestão de colégios pela PM.

2 COLÉGIOS MILITARES NO BRASIL: UMA REALIDADE DESDE 1949

Registra-se no Brasil a existência de vários colégios militares distribuídos na maioria dos Estados da Federação. Os referidos colégios possuem características diferentes quanto à forma de ingresso e público alvo. Alguns destinam um percentual maior das vagas para dependentes de policiais e bombeiros militares e um percentual menor para os demais membros da comunidade, outros porém incluem nessa divisão, dependentes de outros servidores estaduais e alguns não fazem reserva de vagas. Mas todos têm como base o senso de hierarquia e disciplina que são valores primordiais no processo de educação regular. Somente sobre esses pilares consegue-se construir uma educação que forma cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres, e munidos de sentimentos como espírito de equipe e respeito ao próximo.

O primeiro colégio da polícia militar a ser criado em solo brasileiro foi o da Polícia Militar de Minas Gerais, que ocorreu com a promulgação da Lei N° 480, de 10/11/49, pelo Governador Milton Soares Campos. Assim foi criado no Departamento de Instrução da PMMG, em Belo Horizonte, o Ginásio Tiradentes da Polícia Militar:

Esta conquista foi fruto do esforço e ideal de alguns oficiais, especialmente o Aspirante PM Argentino Madeira, com a colaboração de toda corporação. O objetivo era oferecer educação escolar aos militares e seus dependentes. Estava dado o primeiro e mais importante passo, pois, em 1951 o Ginásio Tiradentes foi transformado em "Colégio Tiradentes". (MINAS GERAIS, 2017, p. 01).

Em 1968, com a aprovação da Lei Estadual n° 4941, de 12 de setembro, o "Ginásio Tiradentes", passou a denominar-se "Colégio Tiradentes da Polícia Militar", conhecido pela sigla CTPM. Já em 1969, a Corporação inseriu no Regulamento Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, como uma de suas competências, "ministrar educação, ensino e prestar assistência, por meio de estabelecimentos próprios ao pessoal da Polícia Militar e seus dependentes legais" (MINAS GERAIS, 2017, P. 01).

Devido aos bons resultados alcançados pelo Colégio Tiradentes, e pela irrefutável qualidade do ensino, ocorreu, nesse período, sua expansão para diversas cidades do interior de Minas Gerais, bem como foram criadas outras unidades na Região

Metropolitana, como em Nossa Senhora das Vitórias, Gameleira, Minas Caixa e Contagem.

Conforme registros, o Colégio Tiradentes passou a oferecer de forma inovadora, em 1974, através de um convênio, diversos cursos profissionalizantes, que visavam preparar os alunos para o mercado de trabalho. Em seguida, na década de 80, buscando oferecer condições aos alunos para aprovação nos diversos concursos e vestibulares, passou a oferecer um sistema de curso pré-vestibular (MINAS GERAIS, 2017, P. 02).

Como destacado no exemplo de Minas, os primeiros colégios das polícias militares foram criados com o propósito de fornecer aos dependentes dos policiais militares, primeiramente a oportunidade de poder frequentar uma escola, haja vista que na década de 50, o ensino era elitizado e contemplava apenas a parte mais abastada da população, não incluindo os filhos dos militares. Essa foi uma das causas que mais motivou o então Tenente Argentino Madeira a lutar pela criação do Colégio Tiradentes, qual seja, permitir aos filhos dos policiais militares o acesso a uma educação formal de qualidade.

Por outro lado, as unidades do Colégio Tiradentes em MG, no período anterior a Constituição Federal de 1988, também serviram como espécie de escola preparatória para ingresso nas carreiras de praças e oficiais da PMMG, fato que era visto de forma estratégica pela corporação, uma vez que os alunos já chegavam aos cursos de formação, conhecedores dos princípios disciplinares e hierárquicos que regem o militarismo, bem como das rotinas pertinentes a um ambiente acadêmico militar.

Atualmente, o estado de Minas Gerais possui 24 unidades do Colégio Tiradentes, tanto na região metropolitana quanto no interior, destinando a maior parte das vagas aos dependentes dos policiais militares, ofertando vagas no ensino fundamental I e II e ensino médio. Ressalta-se que a gestão atual tem manifestado intenção de implantar mais algumas unidades no interior do estado.

Após a bem sucedida experiência mineira, a Polícia Militar do Paraná vivenciou a sua experiência de criação de um colégio militar, que se efetivou através da edição do Decreto Estadual nº 24826, de 07 de agosto de 1959, restando subordinado à

Diretoria de Ensino da Polícia Militar. Inicialmente recebeu a denominação de "Ginásio do Centro de Formação da PMPR" e em 1960 registrou-se seu primeiro ano letivo (PARANÁ, 2017, p. 01).

A criação do CPM no Paraná objetivou atender somente aos policiais militares e seus dependentes, mas ao longo dos anos passou a ofertar vagas para a comunidade civil, e em 30 de dezembro de 1966 foi elevado à categoria de Colégio, através do Decreto Governamental nº 3149 (PARANÁ, 2017, p. 01).

Em 1970 houve a transferência para a atual sede, recebendo o nome de Colégio da Polícia Militar, passando a partir de 1971 a aceitar alunos do sexo feminino em seus quadros.

Ministrando o ensino fundamental II e o ensino médio, o CPM do Paraná tem como propósito ofertar ao jovem cidadão a oportunidade de conhecer a filosofia militar. Tal como em Minas Gerais, o referido CPM passou a desempenhar um papel importante preparando jovens para ingressar na carreira Policial Militar ou Bombeiro Militar paranaense, uma vez que transferem/aplicam na profissão os ensinamentos da filosofia militar adquiridos nos bancos escolares do CPM (PARANÁ, 2017, p.02).

Outro importante Colégio da Polícia Militar foi fundado em Pernambuco em 1966, que também se tornou referência para outras corporações co-irmãs criarem seus próprios colégios militares.

Inicialmente foi denominado de Ginásio da Polícia Militar, e tinha como objetivo primordial cuidar da educação dos filhos e dependentes de policiais militares e funcionários civis da Polícia Militar de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2017, p. 01).

Inicialmente o colégio aceitava apenas alunos do sexo masculino, mas com o tempo passou a receber também os do sexo feminino. Em 15 de dezembro de 1969 passou a ser denominado Colégio da Polícia Militar através do Decreto Estadual nº 1.854 (PERNAMBUCO, 2017, p. 01). Atualmente o referido Colégio atende a mais de 1000 alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio e semelhantemente aos Colégios Militares de Minas e Paraná, por muitos anos foi considerado como uma escola preparatória de futuros policiais militares, tanto é que são inúmeros as praças e oficiais egressos do CPM de Pernambuco.

Com base nos colégios precursores, outras polícias militares brasileiras ao longo das décadas de 80 e 90 e após os anos 2000, também criaram seus próprios colégios, inicialmente com o propósito de fornecer um ensino de melhor qualidade para os dependentes dos militares e preparar jovens para serem os futuros integrantes das forças policiais militares.

Esses colégios hoje se destacam tanto em âmbito estadual quanto nacional. É o caso do Ceará que possui 03 unidades do CPM e estuda sua ampliação através da criação de novas unidades (CEARÁ, 2017, p. 01). Fato que chama a atenção, é que o estado do Ceará possui um colégio cuja gestão é feita pelo Corpo de Bombeiros Militar, sendo que além deste, apenas o estado do Amapá possui outro Colégio Militar gerido por esta corporação.

Ainda na região nordeste destacamos os CPM do Estado da Bahia, que perfazem um total de 13 colégios, atendendo cerca de 17.000 alunos na região metropolitana e também no interior do estado. Sobre a sua criação, escreve a educadora Andrea Reis de Jesus:

A criação de um Colégio sob a direção da Polícia Militar deu prosseguimento a uma tradição das forças militares no Brasil: criar e manter instituições militares de ensino com o objetivo de atender aos filhos dos próprios militares. Em relação ao ensino na Polícia Militar da Bahia, já existia desde 1936 o Centro de Instrução para Formação de Oficiais, faltava um estabelecimento de ensino secundário que possibilitasse o recrutamento endógeno de novos oficiais. Assim, o decreto nº 16.765 de 09 de abril de 1957 regulamentou a criação do Colégio da Polícia Militar da Bahia, antiga aspiração dos oficiais da corporação (JESUS, 2011, p. 53).

Observa-se que o CPM da Bahia, ao lado do Colégio Tiradentes de Minas e do CPM do Paraná, é um dos mais antigos do Brasil, e como forma de expandir a sua filosofia e gestão militar do ensino, criou várias unidades no interior do estado. Além de oferecer vagas no ensino fundamental I e II e no ensino médio, uma das unidades de Salvador também oferece pré-escola, para atender principalmente os dependentes dos policiais militares (BAHIA, 2015, p. 01).

No nordeste, também possuem unidades de CPM os estados de: Alagoas (02 unidades); Paraíba (01 unidade); Piauí (01 unidade, e em processo de criação de outras); Rio Grande do Norte (não possui, mas a Polícia Militar do Rio Grande do Norte criou em 2016 uma comissão que estuda a implantação de um CPM no estado) (RIO GRANDE DO NORTE, 2017, p. 01); Sergipe (01 unidade, porém

encontra-se com suas atividades suspensas). Destaca-se também o estado do Maranhão que possui 03 unidades de CPM, denominados Colégio Militar Tiradentes, sendo uma unidade na capital São Luís, e outras duas nos municípios de Imperatriz e Bacabal (MARANHÃO, 2017, p. 01).

Na região norte, o estado do Amazonas é o que possui mais unidades de CPM, perfazendo um total de 08. Nesse estado, a primeira unidade foi criada no ano de 1994 e recebeu a denominação de Colégio Militar da Polícia Militar. O estado também se destaca por promover nos últimos anos, a criação de novas unidades de colégios militares, a partir de escolas da rede pública estadual que enfrentam graves problemas de violência e indisciplina. Nesse modelo a gestão escolar é transferida para as mãos da Polícia Militar, que implanta o formato de ensino já existente nos demais Colégios Militares da PM. É o que se pode constatar no exemplo abaixo, noticiado pelo Jornal “O Globo”:

Pintados de branco e azul, os muros da Escola Estadual Professor Waldo Fricke de Lyra, na zona oeste de Manaus, em nada lembram as pichações que antes estampavam as paredes. Os alunos só saíam para o intervalo com a mochila nas costas, por medo de serem roubados pelos próprios colegas. Nos banheiros, vasos entupidos com o descarte das carteiras de dinheiro furtadas. Brigas no pátio, armas brancas circulando e uso de drogas completavam o cenário. A violência que sempre marcou o bairro Tarumã, fruto de invasões e considerado hoje uma “área vermelha” da capital amazonense devido aos altos índices de criminalidade, havia ultrapassado os muros do colégio. Em 2012, a pedido do governo estadual, a Polícia Militar assumiu o controle da escola, que passou a se chamar 3º Colégio Militar da PM Professor Waldo Fricke de Lyra, que atende cerca de 2 mil alunos dos ensinos fundamental e médio. (MARIZ, 2012).

Mais recentemente, no ano de 2017, o Governo do estado do Amapá criou dois colégios militares, dos quais a Polícia Militar assumiu a gestão de um dos colégios, e o Corpo de Bombeiros Militar, o outro. As escolas foram escolhidas a partir de uma análise do nível de violência que atingia a escola e a comunidade onde estão localizadas. Também nesse mesmo ano, o estado do Acre criou seu primeiro Colégio da Polícia Militar. Rondônia e Roraima também possuem um Colégio da Polícia Militar cada e o estado do Tocantins possui 04 unidades, criados a partir de 2009, onde são oferecidas vagas no ensino fundamental I e II, ensino médio, além dos cursos técnicos em informática, instrumentos musicais e trânsito. Na região norte, o único estado que não possui CPM é o Pará (TOCANTINS, 2017, p. 01).

Na região sul do país, todos os estados possuem Colégios da Polícia Militar em funcionamento. Anteriormente, destacou-se o CPM do Paraná, por ser um dos

pioneiros do Brasil, porém se faz necessário discorrer também sobre os outros estados. No caso de Santa Catarina, ainda na década de 80, foi criado seu primeiro CPM:

O Colégio Militar foi criado em 15 de Março de 1984, por iniciativa do então Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel PM Sidney Carlos Pacheco, através da portaria nº 0086/84 e portaria nº 0103/84 que autorizaram, respectivamente, o funcionamento do ensino fundamental e médio. Nesta época, ingressavam apenas alunos do sexo masculino que estudavam em período integral, voltados a uma expectativa de seguir carreira militar. Formavam o corpo discente noventa e três alunos, distribuídos em duas turmas de 5ª série e uma turma de 1ª série do ensino médio. No dia 15 de Dezembro de 1986, o Colégio formava sua primeira turma no Ensino Médio, com dezessete alunos, dos quais quatorze ingressaram como profissionais da Polícia Militar de Santa Catarina. Em 1988, o Colégio Policial Militar passou a denominar-se Colégio Policial Militar "Feliciano Nunes Pires", através do decreto nº 2.000 de 28 de Julho, em homenagem ao Presidente da província de Santa Catarina em 1835 e fundador da Polícia Militar (SANTA CATARINA, 2017, P. 01).

No ano de 2016, foi criada uma nova unidade no município de Lages, interior do estado, e a partir de 2017, foi iniciado o funcionamento do CPM de Joinville.

O Rio Grande do Sul no ano de 1980 iniciou as atividades do seu primeiro CPM:

O Colégio Tiradentes foi idealizado em 1980 pelo Coronel Oswaldo de Oliveira, na época comandante da Academia de Polícia Militar. Inicialmente, o objetivo era a preparação dos adolescentes para o oficialato da corporação, sendo estruturado nos moldes do CFO – Curso de Formação de Oficiais da Brigada Militar, com alunos somente do sexo masculino (RIO GRANDE DO SUL, 2017, p. 01).

O Colégio Tiradentes da Brigada Militar, oferta aos alunos, além das atividades curriculares padrão, atividades culturais (coral) e esportivas (futebol, vôlei, basquete, esgrima e equitação), e por um determinado período, os quinze primeiros alunos classificados ao final do ano letivo, com nota igual ou superior a oito, ingressavam diretamente no CFO, participando somente dos testes físico e psicológico (RIO GRANDE DO SUL, 2017, p. 01).

Outro fato interessante é que inicialmente, para atender à legislação de ensino vigente, os concluintes do ensino médio no Colégio Tiradentes da Brigada Militar recebiam o Certificado de Técnico em Desporto, referente à habilitação profissional que era oferecida no colégio.

Atualmente, o Rio Grande do Sul conta com 07 unidades do Colégio Tiradentes, atendendo ao público da capital e do interior do estado.

No Sudeste, além do protagonismo de Minas, que foi apresentado no início do capítulo, temos a criação do CPM do Rio de Janeiro em 2006, que conta apenas com uma unidade.

O caso de São Paulo é bastante diferenciado dos outros estados, pois os Colégios da Polícia Militar que lá existem, pertencem à iniciativa privada e por ela são geridos. Dessa forma levam apenas o nome “Polícia Militar”, no entanto, não são mantidos pela corporação e não são colégios “militarizados”. A mantenedora é a fundação Cruz Azul de São Paulo, que foi criada em 1925 com o propósito de realizar serviços assistenciais aos policiais militares e seus dependentes. Os principais serviços ofertados pela Cruz Azul são os de saúde e educação. Assim, os colégios de São Paulo são particulares, mas oferecem mensalidades com desconto para os dependentes dos militares, e não são como os demais CPM pertencentes à rede pública estadual de ensino. Ressalta-se que nos colégios de São Paulo não existe a participação de militares na gestão das unidades, nem tão pouco o ensino dos ritos e tradições militares, são colégios particulares comuns geridos por funcionários civis contratados pela Cruz Azul. (SÃO PAULO, 2017).

O Estado do Espírito Santo atualmente não possui CPM, mas segundo levantamentos históricos realizados pelo Coronel PM RR Gelson Loiola, importante escritor e conhecedor da história da PMES, no ano de 1968 foi criado um colégio da PMES, denominado Instituto Educacional da Polícia Militar (IEPM) "Professor Hermínio Blackman", que funcionou em sede própria, anexo ao Quartel do Comando Geral da PMES em Maruípe. O IEPM iniciou suas atividades escolares no ano de 1969 e funcionou até meados da década de 1970. Foi concebido para atender aos dependentes dos policiais militares do ES, mas na falta destes o preenchimento das vagas remanescentes era feito por membros da comunidade em geral (LOIOLA, 2017, p. 58 - 61).

Ao analisar a região centro-oeste do país, observa-se que o estado do Mato Grosso possui uma unidade de CPM, denominada Escola Estadual da Polícia Militar “Tiradentes”, criada no ano de 1986, e que em 1990 passou a ser chamada de Escola Preparatória de I e II Graus da Polícia Militar Tiradentes. Ressalta-se que o

próprio nome da escola faz referência aos fins para os quais fora criada, isto é, preparar jovens para ingressar nas fileiras da Polícia Militar do Mato Grosso (MATO GROSSO, 2017, p. 01).

O estado do Mato Grosso do Sul por outro lado, ainda não possui CPM, mas em junho de 2017, o Comandante Geral da Polícia Militar, designou uma comissão que desde então estuda a implantação de um CPM na capital do estado, seguindo o que demonstra ser uma tendência nacional (MATO GROSSO DO SUL, 2017, p. 01).

Também, a capital federal, possui um colégio da Polícia Militar, denominado Colégio Militar Tiradentes, que foi criado no ano de 2012 e atende tanto a dependentes de policiais militares quanto a sociedade civil.

No centro-oeste, destacam-se os CPM do estado de Goiás, que teve sua primeira unidade criada em 1998. Com 35 unidades implantadas, Goiás é o estado da federação que possui o maior número de colégios da PM em funcionamento, atendendo alunos na região metropolitana e no interior estado. Inicialmente os CPM foram criados para atender aos dependentes de policiais militares, mas devido ao sucesso alcançado, outras unidades foram sendo criadas e um novo propósito surgiu: contribuir para a redução dos índices de violência em escolas da rede pública estadual de ensino (PAIXÃO, 2017).

Com esse novo propósito, outros CPMG (como são denominados os Colégios da Polícia Militar de Goiás) foram sendo criados a partir da edição de leis estaduais específicas aprovadas na Assembléia Legislativa local. O modelo parte da assunção da gestão pela Polícia Militar, de uma escola pública estadual pré-existente. Atualmente existem outras leis aprovadas prevendo a implantação de mais 19 CPMG em todo o estado, porém, a PMGO ainda estuda a implantação dessas novas unidades (PAIXÃO, 2017).

Com propósito de apresentar um quadro atual do número de colégios da polícia Militar existentes no Brasil, bem como alguns dados como ano de criação, distribuição de vagas e cursos oferecidos, elaborou-se a Tabela 3 (anexo 2) com base em dados obtidos junto aos sítios oficiais das policiais militares brasileiras hospedados na internet e também por meio de contatos telefônicos e por e-mail.

Através da Tabela 3 (anexo 2) observa-se que apenas os estados do Espírito Santo e Pará não possuem Colégios da Polícia Militar. Já os estados do Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul, através de suas Polícias Militares, estão elaborando estudos para implantação de CPM em seus territórios. Sergipe por outro lado, possui um CPM, mas encontra-se com as atividades suspensas desde 2013. No caso de São Paulo, os colégios denominados “Colégios da Polícia Militar” pertencem a uma rede particular de ensino, e não apresentam uma gestão militar como os demais.

Corroborando com a expansão dos colégios militares no Brasil e a mudança recente da finalidade voltada para a contribuição da redução dos índices de violência, no próximo capítulo serão analisados alguns dados provenientes de importantes pesquisas realizadas por órgãos especializados, relacionados à violência e a indisciplina no interior das escolas brasileiras. Por outro lado, também serão apresentados alguns índices que comprovam o bom desempenho alcançado por diversos CPM em todo país.

3 INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA: REFLEXOS NO AMBIENTE ESCOLAR

A educação pode ser concebida como uma ponte capaz de ligar os direitos e garantias constitucionais ao exercício efetivo destes, possibilitando ao indivíduo atingir um *status* pleno de cidadania.

Desse modo, a educação torna-se uma necessidade básica para a construção de uma sociedade mais igualitária, na qual os direitos individuais e coletivos sejam amplamente respeitados, possibilitando a cada indivíduo alcançar um desenvolvimento intelectual e social.

A Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 (CRFB/88) garante de forma ampla o direito fundamental à educação, e trata do tema em diversos pontos de seu texto. Inicialmente, no Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo II – Dos Direitos Sociais, o art. 6º descreve – *in verbis*:

art. 6º. São direitos sociais **a educação**, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1998, grifo nosso).

Por sua vez o art. 205 estabelece que a educação deverá ser capaz de preparar o escolar para o exercício da cidadania e qualificá-lo para sua inserção no mercado de trabalho:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, **seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho**. (BRASIL, 1998, p. 67, grifo nosso).

Com essa previsão, a Constituição reforça o entendimento da educação como instrumento capaz de transformar o indivíduo em cidadão pleno e capaz de contribuir para o crescimento da sociedade na qual está inserido.

Outro ponto interessante está relacionado à qualidade do ensino ministrado nas escolas, onde segundo reza o art. 206, inciso VII, deve garantir um certo padrão de qualidade: “Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VII - **garantia de padrão de qualidade**” (BRASIL, 2014, p. 68, grifo nosso).

Nesse diapasão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996) trata em seu art. 1º:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

[...]

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996).

Com base na fundamentação legal ora apresentada, observa-se que a educação escolar no Brasil, é um direito fundamental social, e deve ser oferecido com notória qualidade, a fim de proporcionar ao educando uma formação para o exercício ativo da cidadania e inserção no mercado de trabalho.

Ocorre porém, conforme aponta os dados da Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS – Teaching and Learning International Survey)², que a realidade contemporânea parece estar bem distante do previsto na legislação pátria. Falta de infra-estrutura, professores mal remunerados, altos índices de evasão e de repetência e o crescente problema da violência e indisciplina escolar, são alguns dos problemas reais que atingem as escolas (BRASIL, 2014, p. 16)

Atualmente, um dos maiores problemas enfrentados nas escolas públicas brasileiras é concernente à indisciplina por parte dos alunos para com os professores e seus pares. Essa indisciplina que ocorre no interior das escolas, acaba por desencadear uma série de outros problemas como violência, baixo rendimento escolar, alto índice de repetência, evasão escolar entre outros (IBGE, 2015).

3.1 RADIOGRAFIA DA INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Várias pesquisas realizadas nas escolas apontam para o crescimento da indisciplina e violência nesses espaços. Esses dados refletem a necessidade de uma remodelação do ensino buscando para isso o embasamento no pensamento de autores que tratam da temática como Michael Foucault.

² A pesquisa foi coordenada em âmbito internacional pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e no Brasil pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que investigou o ambiente de ensino e aprendizagem em escolas de educação básica de 34 países, ouvindo mais de 100.000 (cem mil) professores e diretores, durante os anos de 2012 e 2013.

Corroborando com essa afirmativa, serão apresentados dados referentes a esse fenômeno que aflige toda a sociedade brasileira, como veremos a seguir.

Segundo resultado da TALIS/2014, o Brasil ocupa o 1º lugar de um *ranking* de violência em escolas, dentre os 34 países pesquisados. 12,5% dos professores ouvidos no Brasil disseram serem vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos pelo menos uma vez por semana. Trata-se do índice mais alto entre os 34 países pesquisados - a média entre eles é de 3,4%. Depois do Brasil, vem a Estônia, com 11%, e a Austrália com 9,7%.

A pesquisa também registrou que 6,9% dos professores presenciaram ocorrências de uso/posse de drogas ou bebidas alcoólicas dentro das escolas; 34,4% presenciaram algum tipo de intimidação entre alunos; e 11,8% presenciaram ocorrências de vandalismo ou furto. Os professores brasileiros são os que declararam passar mais tempo mantendo a ordem em sala de aula (19,8%) entre todos os professores participantes da pesquisa. Como consequência, entre os países pesquisados, o Brasil é o país onde os professores dedicam o menor tempo médio em sala de aula com ensino e aprendizagem de fato (MEC, 2014).

Essa pesquisa confirma a tese de que a indisciplina está presente no cotidiano das escolas brasileiras, e em parte é responsável por outros índices críticos, que serão apresentados posteriormente, comprometendo todo o processo educacional formal. Vale ressaltar que sendo o professor peça fundamental nesse sistema, um grande prejuízo é causado, na medida em que ele se vê hostilizado e desrespeitado em pleno exercício da prática docente.

Outro trabalho que resultou em dados importantes foi a pesquisa “Conselho de Classe: a visão dos professores sobre a educação no Brasil”, realizada pela Fundação Lemann³, que ouviu mil professores de todo o Brasil sobre temas relacionados à profissão e ao contexto educacional brasileiro. A pesquisa buscou analisar a educação sob a ótica dos professores em relação aos principais problemas enfrentados no ambiente escolar. De acordo com o estudo, 15% dos professores da rede pública do país mencionaram a indisciplina dos alunos como

³ A pesquisa Conselho de Classe foi realizada no 2º semestre de 2015 pelo Ibope Inteligência e ouviu professores do Ensino Fundamental I e II e do Ensino Médio. A amostra selecionada tem representatividade nacional e contempla escolas urbanas de todas as regiões do Brasil.

segundo problema que deve ser resolvido de forma mais urgente, ficando atrás somente da falta de acompanhamento psicológico para os alunos que necessitam desse serviço (22%). No entanto, quando são perguntados sobre os três problemas que devem ser resolvidos mais urgentemente, a indisciplina assume a frente com 32%, seguida da necessidade de acompanhamento psicológico com 31% (FUNDAÇÃO LEMANN, 2015).

Seguindo a tendência da pesquisa TALIS, citada anteriormente, a “Conselho de Classe” também aponta a indisciplina como um dos principais problemas enfrentados pelos professores nas salas de aula brasileiras. O percentual na primeira é de 12,5%, e na segunda de 15%. O resultado das duas é bem próximo, o que demonstra certa consistência dos dados, e um retrato mais fidedigno do que está se passando no interior das nossas escolas. Assim, podemos deduzir que a indisciplina é o principal problema que afeta o professor nas salas de aula.

A indisciplina escolar influencia diretamente no fenômeno da violência, uma vez que vários gestos de indisciplina são considerados como manifestações de violência (FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015, p. 98).

Outras pesquisas realizadas, buscaram compreender qual a percepção dos alunos sobre fenômenos como a indisciplina e a violência no ambiente escolar.

Uma dessas pesquisas, foi o Diagnóstico participativo das violências nas escolas: falam os jovens - Programa de Prevenção à violência nas Escolas, realizada pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso - Brasil), em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). O estudo foi realizado em 2016, com a colaboração de professores e alunos das últimas séries do ensino fundamental, do ensino médio, e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que foram capacitados para atuar no processo de diagnóstico, em escolas de sete capitais: Maceió (AL), Salvador (BA), Fortaleza (CE), Vitória (ES), São Luís (MA), Belo Horizonte (MG) e Belém (PA).

O estudo alerta para a “tendência a um homogêneo panorama de violência nas escolas públicas, percebidas pelos alunos, ainda que a intensidade de determinados indicadores varie ou tenha marcas regionais” (ABRAMOVAY *et al.*, 2016, p. 46).

Segundo os dados encontrados, a maioria dos estudantes considera que já ocorreu algum tipo de violência nas suas escolas (70%), e no conjunto das cidades pesquisadas, cinco em cada dez jovens indicam que já foram agredidos nas escolas. *Cyberbullying* (definido pela pesquisa como “zoar, ameaçar ou xingar pela *internet*”) foi uma das agressões mais citadas, reportada principalmente em Vitória (37%). Roubos e/ou furtos foram apontados como outra violência comumente sofrida (25%).

Quando foi direcionada aos alunos a pergunta: “alguma coisa te incomoda na escola? (Marque SIM ou NÃO para cada item. Se SIM, responda em UMA PALAVRA o porquê)”, de acordo com a ordem de grandeza, o que mais incomodaria em um elenco de violências com a maior probabilidade, que têm os próprios jovens como agentes foram: Furtos e roubos (19%); outros alunos (12%); ameaças (12%) *cyberbullying* (7%) e invasão de outras pessoas nas escolas (7%). Chamou-nos a atenção que apenas 1% dos jovens disseram se sentir incomodados com a presença da polícia na escola (que se tratava de um dos itens da pesquisa).

Outra pesquisa igualmente importante é a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE⁴ – 2015, realizada pelo IBGE⁵ com alunos do 9º ano do ensino fundamental, de todos os estados e Distrito Federal, que também indica qual a visão dos alunos em relação ao fenômeno da violência. 50,8% (dados relativos à média nacional) dos escolares freqüentam escolas que declararam estar situadas em áreas de risco em termos de violência; 46,6% dos escolares afirmam que se sentiram humilhados por provocações de colegas (esse percentual chegou a 64,7% na pesquisa PeNSE de 2012); 18,9% dos alunos afirmaram que “esculacharam, zombaram, mangaram, intimidaram ou caçoaram” algum(a) colega da escola, tanto que ele(a) ficou magoado(a), aborrecido(a), ofendido(a) ou humilhado(a). Ainda 12,7% dos escolares faltaram às aulas – no mês anterior à pesquisa – por não se sentirem seguros no interior da própria escola.

Dados da pesquisa apontam outro grave problema que repercute na disciplina escolar, trata-se da prática de “matar aula” ou “cabular aula” ou “gazetear”. O

⁴ Terceira edição da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE, realizada, em 2015, a partir de convênio celebrado entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Ministério da Saúde, com o apoio do Ministério da Educação. A PeNSE fornece informações para o Sistema de Vigilância de Fatores de Risco de Doenças Crônicas não Transmissíveis, do Ministério da Saúde, com dados atualizados sobre a distribuição desses fatores no público-alvo.

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

percentual de escolares do 9º ano do ensino fundamental, que faltaram às aulas sem autorização dos pais, nos trinta dias anteriores à pesquisa foi de 23,4%, número bastante expressivo e preocupante.

Contrastando com esse último dado, segundo a pesquisa, apenas 55,6% dos alunos responderam que seus pais ou responsáveis tinham o hábito de verificar seus deveres de casa. Isso demonstra uma significativa falta de interesse dos pais ou responsáveis, com a vida escolar do filho, o que pode contribuir para evasão escolar, envolvimento com atividades ilícitas, baixo rendimento, entre outros. Ainda nesse eixo, de acordo com os escolares do 9º ano entrevistados, apenas 66,6% responderam que os pais davam atenção aos seus problemas e preocupações, nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa.

A pesquisa PeNSE 2015 apresenta um relatório consideravelmente preciso de comportamentos violentos ou que podem ter relação com a violência no interior das escolas brasileiras. Os dados obtidos demonstram um sistema de ensino fragilizado pela violência, famílias que não cumprem com seu papel na educação escolar dos filhos e uma estrutura governamental que não consegue cumprir com sua missão constitucional de garantir uma educação de qualidade para seus cidadãos em formação.

O rendimento escolar dos estabelecimentos de ensino públicos, parecem estar sendo afetados pelos fenômenos da indisciplina e violência (conforme dados das pesquisas apresentadas). Podemos observar no índice médio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e na nota média do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) referentes às escolas públicas brasileiras, que o rendimento escolar não tem alcançado as metas pretendidas, e tem se mostrado aquém do ideal.

No caso do índice do Ideb (média nacional para as escolas públicas) estabelecido para os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano, antigo primário), no ano de 2015, a meta era de 5.2 e a média alcançada foi de 5.5. Tratando-se dos anos finais, do 6º ao 9º ano, a meta era de 4.7 e o índice alcançado foi de 4.5. Já a meta para o 3º ano do ensino médio era de 4.3, porém a média alcançada foi de 3.7 (BRASIL, 2016).

Observa-se que apenas a meta estipulada para as séries iniciais do ensino fundamental foi alcançada. As metas previstas para as séries finais do ensino fundamental (ensino fundamental II) e para o 3º ano do ensino médio não foram alcançadas. Destaca-se o índice médio do 3º ano do ensino médio que ficou 0.6 abaixo da meta (BRASIL, 2016).

Os dados do ENEM também apontam para um baixo rendimento escolar dos alunos do ensino médio das escolas públicas. Considerando todas as escolas do país (públicas e privadas) que tiveram seus resultados divulgados, a média alcançada pelos alunos foi de 515,8. Das 8.732 escolas públicas com notas divulgadas, 7.973 ficaram abaixo desse nível. Assim temos que 91% das escolas públicas que tiveram suas notas divulgadas ficaram abaixo da nota média do ENEM 2015. Entre as particulares, apenas 17% não alcançaram a média. Mas quando a média é calculada apenas com as notas das escolas públicas, esta cai para 486,5, menor que a média obtida pelas notas das escolas particulares (556,6) (BRASIL, 2016).

Seguindo uma salutar contra-mão do ensino público brasileiro, se encontram os Colégios da Polícia Militar que se postam como verdadeiras ilhas de excelência em meio a um mar de dificuldades, como pode ser verificado nos índices relacionados ao Ideb e ao resultado do ENEM de alguns CPM, comparando-os com a média dos demais colégios públicos.

Inicialmente cabe descrever o que o Ministério da Educação (MEC) estabelece sobre o Ideb:

Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas são da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos. (BRASIL, 2017).

A Tabela 4 (Anexo 3) apresenta dados relativos a uma amostra de 12 colégios em nove estados, dentre 125 CPM existentes hoje no Brasil. Nesses dados observa-se que o Ideb dessas escolas em quase sua totalidade, atingiu a meta estabelecida pelo MEC para o respectivo ano pesquisado.

Nota-se que o Ideb dos Colégios da Polícia Militar constantes na tabela 4 (Anexo 3), ficaram acima da meta nacional, proposta pelo MEC, tanto para as 4^a séries/5^o anos como para as 8^a séries/9^o anos. Com esse resultado, os CPM se colocam entre os colégios públicos com melhor qualidade no ensino em todo o país.

O ENEM tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica e podem dele participar, alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. Ele é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni). Além disso, cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no ensino superior, seja complementando ou substituindo o vestibular (BRASIL, 2017).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, divulgou os resultados do ENEM 2015, relativos a notas de 1.212.908 estudantes pertencentes a 14.998 escolas públicas e privadas, sendo estas as que cumulativamente tiverem pelo menos 10 alunos participantes do ENEM 2015 e cuja taxa de participação foi igual ou superior a 50%.

No entanto, o Inep adverte que devido a heterogeneidade de contextos onde as escolas estão inseridas, torna-se necessário considerar o resultado do desempenho dos alunos associado aos diferentes fatores que caracterizam esses contextos. Sendo assim, para que a comparação entre os resultados seja justa, deverá ser feita entre escolas pertencentes a um mesmo contexto.

Mas de modo geral, e sem levar em consideração os contextos apontados pelo órgão pesquisador, constatou-se que das 1000 escolas com as melhores médias, apenas 41 são públicas. Dessas 41 públicas, a maior parte pertence à rede federal de ensino. Porém entre estas 41 escolas públicas, destaca-se o Colégio da Polícia Militar do Paraná que alcançou média 607,40 (média aritmética das quatro provas objetivas), ocupando a posição 835 no *ranking*.

Outros CPM se destacaram no ENEM 2015, dentre estes o Colégio Tiradentes da Brigada Militar de Passo Fundo que alcançou média 595,87 e colocação 1.185. Também os seguintes colégios, com as respectivas médias e colocação: Colégio Tiradentes da Brigada Militar de Pelotas - 581,49 e 1.728; Colégio da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - 576,00 e 1997; Colégio da Polícia Militar Eraldo Tinoco (Vitória da Conquista-BA) - 581,78 e 1.712; Colégio da Polícia Militar do Ceará - 569,33 e 2331; Colégio da Polícia Militar de Petrolina, Pernambuco - 571,45 e 2210 (INEP, 2016).

Ao se observar tanto o Ideb quanto o resultado do ENEM dos Colégios da Polícia Militar em todo Brasil, verifica-se que essas escolas apresentam uma qualidade de ensino diferenciada, fruto da organização do ambiente de ensino promovida pela filosofia militar baseada na hierarquia e disciplina.

Os dados apresentados neste subitem apontam para um diagnóstico grave de falência do modelo atual de gestão escolar, onde o principal sintoma que se observa é a falta de disciplina e por consequência o crescimento da violência em um número considerável de estabelecimentos de ensino.

Partindo desse ponto, buscar-se-á entender um pouco sobre a necessidade da disciplina na escola, tomando como base os ensinamentos do filósofo francês Michel Foucault, como segue.

3.2 A DISCIPLINA ESCOLAR SOB O OLHAR DE FOUCAULT

Quando analisamos um modelo diferenciado de gestão escolar com foco na disciplina, aos moldes dos desenvolvidos em colégios militares, verificamos a necessidade de estudar os pensamentos pedagógicos de Michel Foucault.

Foucault (1987) todavia não escreve diretamente sobre pedagogia, mas seus estudos contribuíram de forma importante para o campo da educação ao levantar questões pertinentes sobre poder disciplinar, modernidade e sobre as diversas instituições modernas, dentre as quais a escola, que são responsáveis por transmitir

ao indivíduo valores que irão moldá-lo e prepará-lo para a vida em sociedade e para o mercado de trabalho.

Para Foucault, na sociedade moderna, o poder não está apenas nas mãos do Estado, na forma de um soberano, mas é observado em diversas relações de poder existentes em instituições contemporâneas como a escola, a fábrica, a prisão, o hospital, entre tantas outras.

Pode-se então falar da existência de uma sociedade moderna que é disciplinadora, e que tem como principal objetivo o disciplinamento dos corpos, e o “corpo como objeto e alvo do poder” (FOUCAULT, 1987, p. 117).

A sociedade disciplinar, substitui o uso da violência pelo disciplinamento dos corpos. Com isso, a disciplina surge como um mecanismo para o exercício eficiente do poder, com seus métodos elaborados de controle do cidadão (FOUCAULT, 1987, p. 232).

Nesse sentido, o poder está diretamente ligado ao corpo, pois é ele alvo das obrigações e proibições advindas da sociedade moderna. Assim Foucault traz a idéia de um corpo dócil que pode ser moldado e transformado através do exercício do poder disciplinar. Surge daí a expressão “docilização dos corpos”. “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1987, p. 163).

Ressalta-se ainda que as relações de poder, sobretudo exercidas nas instituições disciplinares, como a escola, produzem saber:

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. (FOUCAULT, 1987, p. 30).

Assim, a escola como instituição disciplinar, atua como meio de controle e disciplina sobre as pessoas, moldando seus corpos, através de mecanismos de controle do

tempo, espaço, gestos e atitudes, e dessa forma consegue preparar seus alunos para conviverem em sociedade de forma produtiva, harmoniosa e útil.

Depois da família, a escola é a próxima instituição na qual as crianças serão submetidas à disciplina, aprendendo dentro desse contexto, a exercer e respeitar direitos e a cumprir deveres e obrigações.

A disciplina se processa, primeiramente na distribuição dos indivíduos no espaço físico da escola. A organização das carteiras, os espaços, a sala de aula como local organizado e disciplinado proporciona um melhor ambiente para o aprendizado.

Também, o poder disciplinar exige um elaborado programa de ensino, que possibilite a utilização do tempo com o máximo de utilidade, permitindo que através de exercícios e atividades, que o educando adquira um melhor desempenho acadêmico, considerando que “o controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos; impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo que é sua condição de eficácia e de rapidez” (FOUCAULT, 1987, p. 130).

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também (FOUCAULT, 1987, 164).

Segundo Foucault (1987), para se obter corpos dóceis, moldados e adestrados para servir ao fim social, isto é, serem produtivos à sociedade moderna, existem alguns recursos que são utilizados. São eles a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame.

O poder disciplinar é enxergado como um poder capaz de adestrar, ao invés de se apropriar e de retirar, se aperfeiçoando-se cada vez mais ao ponto de adestrar para que o indivíduo possa produzir mais e melhor. “Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo.” (FOUCAULT, 1987, p. 195).

A vigilância hierarquizada é feita inicialmente de forma visual sobre os indivíduos, e torna-se juntamente com o poder disciplinar um sistema integrado e organizado para o controle do indivíduo. No caso da escola, a vigilância constante garante o

cumprimento das tarefas por parte dos alunos e incentiva a convivência harmoniosa e respeitosa juntamente com seus pares e professores.

Por um lado, trata-se de um aparelho onde as técnicas que o tornam visíveis aos indivíduos, induzam a efeitos de poder, por outro, os meios de coerção evidenciam aqueles sujeitos sobre quem se aplicam. Foucault (1987, p. 196) ressalta que: “Lentamente, no decorrer da época clássica, são construídos esses “observatórios” da multiplicidade humana [...]”.

O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente ‘discreto’, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio. A disciplina faz ‘funcionar’ um poder relacional que se auto-sustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. Graças às técnicas de vigilância, a “física” do poder, o domínio sobre o corpo se efetuam segundo as leis da ótica e de mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência. Poder que é em aparência ainda menos ‘corporal’ por ser mais sabiamente ‘físico’. (FOUCAULT, 1987, p. 164).

A educação disciplinar observada por Foucault apresenta grandes semelhanças com o método de ensino dos colégios militares atuais, como um sistema disciplinar rígido com segmento obrigatório de um regulamento de conduta escolar, organização do espaço/tempo interno de forma padronizada, observância da hierarquia, valorização do esforço acadêmico, entre outros.

No próximo capítulo será apresentado o sistema de colégios militares geridos pela polícia militar de Goiás, que tem no ensino da disciplina e do civismo sua principal característica para oferecer um ensino público de qualidade superior naquele estado.

4 SISTEMA DE COLÉGIOS DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS: DA BASE LEGAL À EXPANSÃO POR TODO O ESTADO

A existência dos colégios militares de Goiás pode ser identificada desde o seu surgimento até a sua expansão em fases ou “ondas” com características distintas. A primeira ocorreu com a previsão garantida na lei nº 8.125 de 1976, que foi efetivada em 1998, visando atender os dependentes dos policiais militares e a segunda, após 10 anos, ocorreu mais recentemente e está em plena expansão até o presente ano, visando contemplar um número maior de municípios, com o novo propósito de oferecer um ensino de qualidade a toda a comunidade, servindo como meio de controle da violência e da indisciplina escolar, e diminuindo a evasão e aumentando o rendimento dos alunos, formando cidadãos mais conscientes.

Dessa forma, as bases para criação de um colégio da polícia militar no estado de Goiás foram lançadas através da aprovação da Lei estadual nº 8.125/76:

A Lei nº. 8.125, de 18 de julho de 1976, que dispõe sobre a Organização básica da Polícia Militar do Estado de Goiás, no seu Artigo 23, Inciso I, letra “b”, cria o Colégio da Polícia Militar (CPM), que se torna realidade a partir do dia 27 de julho de 1998, quando é designado o Ten Cel PM Carlos Félix do Nascimento para acumular funções de Comandante da APM e Diretor do CPM, e o Cap PM Geraldo de Castro para Secretário Geral, dando início ao processo de sua efetivação. (GOIÁS, 2017).

O primeiro CPMG foi denominado colégio da polícia militar de Goiás Cel PM Cícero Bueno Brandão, e seu primeiro ano letivo foi em 1999. De acordo com a Portaria nº 0604/98/PM-GAB (portaria do Comandante Geral da PMGO), o CPMG ofertaria vagas para alunos do ensino fundamental II (5ª a 8ª séries) e ensino médio, mas havendo policiais militares interessados em concluir o ensino fundamental, poderia ser criada uma turma especial para estes, que funcionaria no turno noturno.

Inicialmente as vagas eram destinadas apenas aos dependentes dos policiais militares e a servidores estaduais e dependentes legais de funcionários públicos.

Necessitando de um espaço maior para exercer suas atividades, o primeiro CPMG, que funcionava na Academia da Polícia Militar de Goiás (APM), no ano de 2001 foi fundido ao Colégio Estadual Polivalente Modelo de Goiânia Vasco dos Reis, passando a funcionar nas amplas instalações deste (GOIÁS, 2017, p. 01).

A partir de 2003 o CPMG Polivalente Modelo Vasco dos Reis, passou a ter comando e direção próprios, uma vez que desde sua criação, o primeiro CPMG não possuía comando autônomo, mas era dirigido pelo Comandante da APM.

Registra-se que no ano de 2001 os CPMG tiveram uma primeira grande expansão, com a criação de outras 05 novas unidades: Colégio Militar Unidade Hugo de Carvalho Ramos e Unidade Ayrton Senna, ambos no município de Goiânia; Unidade Dr. César Toledo em Anápolis; Unidade Carlos Cunha Filho em Rio Verde; Unidade Dionária Rocha em Intumbiara (GOIÁS, 2017, p. 02).

Após a criação das seis primeiras unidades do CPMG no final da década de 90 e início dos anos 2000, o surgimento de novos colégios só ocorreram a partir ano de 2013, com o que podemos denominar de segunda e terceira grandes expansões dos CPMG, conforme veremos a seguir.

4.1 AS ETAPAS DE EXPANSÃO DOS COLÉGIOS DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

A partir do ano de 2013, ocorreu uma segunda “onda” de criação de Colégios da Polícia Militar no estado de Goiás, segunda etapa de expansão, fenômeno esse que se justificou devido a grande procura pelos colégios, que chegam a ter fila de espera e o número de vagas ofertado é insuficiente para atender a demanda de candidatos. Essa crescente procura é devido aos bons resultados alcançados pelos CPMG, em especial no ENEM, e em virtude de apresentarem: ambiente escolar disciplinado e livre de violência e *bullying*, bem organizado e com as instalações bem conservadas, entre outros (NASCIMENTO, 2012).

Foi aprovada a Lei Estadual nº 18.108 de 25 de julho de 2013, que estabeleceu de uma só vez a criação de dez novas unidades do CPMG:

Art. 1º Ficam criados os Colégios da Polícia Militar nas cidades de Goianésia, Anápolis (2ª unidade), Valparaíso de Goiás, Aparecida de Goiânia, Goiás, Jataí, Quirinópolis, Porangatu, Novo Gama e Inhumas.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conferir denominação aos Colégios da Polícia Militar criados por esta Lei.

Art. 3º Em decorrência do disposto no art. 1º e na Lei nº 18.014, de 08 de maio de 2013, o inciso XVIII do art. 1º da Lei nº 14.050, de 21 de dezembro de 2001, passa a vigorar a seguinte redação:

XVIII - Colégios da Polícia Militar, sediados em Goiânia, Região Noroeste: CPMG Ayrton Senna; Região Central: CPMG Polivalente Modelo Vasco dos Reis; Região Sudeste: CPMG Hugo de Carvalho Ramos; em Anápolis (duas unidades), Rio Verde, Inhumas, Itumbiara, Formosa, Goianésia, Valparaíso de Goiás, Aparecida de Goiânia, Goiás, Jataí, Quirinópolis, Porangatu e Novo Gama". (NR)

Art. 4º Serão priorizados, nos exercícios de 2013 e 2014, a instalação e o funcionamento dos Colégios Militares criados pelo art. 1º e pela Lei nº 18.014, de 08 de maio de 2013. (GOIÁS, 2013).

Outra unidade foi criada através da Lei 18.324 de 2013. Assim, perfizeram um total de 11 novos colégios criados no ano de 2013, situando-se, em sua totalidade, nos municípios do interior do estado. Os municípios contemplados foram: Anápolis, Inhumas, Goianésia, Aparecida de Goiânia, Goiás, Jataí, Quirinópolis, Porangatu, Novo Gama, Valparaíso de Goiás e Jussara.

Nos anos seguintes, foram instituídos outros 18 novos CPMG, sendo 03 na capital e o restante distribuídos pela Região Metropolitana e interior do Estado. Com essa terceira grande expansão dos CPMG, chegou-se em maio de 2017 a marca de 35 colégios (Tabela 5 – Anexo 4), distribuídos por todo estado. Com isso, Goiás se tornou o estado da federação com o maior número de CPM, superando até mesmo Minas Gerais.

Esse número tende a aumentar, uma vez que as leis de criação dos colégios já se encontram aprovadas e sancionadas para a criação de outras 19 unidades do CPMG (Tabela 6 – Anexo 5), que aguardam apenas o processo de adaptação da gestão da polícia militar com a estrutura da escola já existente. Conforme declaração do Coronel PM Anésio Barbosa da Cruz Junior, Comandante de Ensino da polícia militar de Goiás, prestada ao jornal "O popular" na data de 15 de março de 2017, das 19 unidades que aguardam implantação, 10 deverão iniciar suas atividades no ano de 2018.

Destaca-se que os dez novos Colégios da Polícia Militar serão implantados em municípios localizados em diferentes regiões do estado: Águas Lindas de Goiás, Goianópolis, Itapuranga, Luziânia, Mineiros, Pontalina, Santa Helena de Goiás, São Luís de Montes Belos, São Miguel do Araguaia e Vianópolis. Com essa quarta

expansão se concretizando, chegará a um total de 45 instituições sob a responsabilidade da corporação (O POPULAR, 2017).

Segundo informações do Comando de Ensino Policial Militar (CEPM) da PMGO, no ano de 2017, encontram-se matriculados um total de 43.875 alunos, no ensino fundamental II (5ª a 8ª série) e no ensino médio. Dessa forma também foi necessário aumentar o número de policiais para gerir as 35 unidades, utilizando 605 policiais militares, sendo 165 Oficiais (70 ativos e 95 voluntários da reserva) e 440 praças (292 ativos e 148 voluntários da reserva) (PAIXÃO, 2017).

4.2 ETAPAS PARA CRIAÇÃO DOS CPMG

No processo de criação dos CPMG, o Comando de Ensino da PMGO segue alguns passos até o efetivo funcionamento da unidade de ensino.

Como foi apresentado, inicialmente, para a criação dos colégios é necessária a existência de lei estadual, aprovada na assembleia legislativa de Goiás e sancionada pelo governador do estado. Antes porém, ocorre a escolha da escola da rede pública estadual que será transformada em colégio da polícia militar. Para tal é realizado um estudo de situação junto à comunidade da região onde o colégio será implantado, além de identificar as características e potencialidades da escola. O interesse da comunidade também é verificado por meio de reuniões.

No entanto, a seleção das escolas não segue um padrão pré-definido. As escolas que já possuem a gestão da polícia em Goiás, foram escolhidas por vários fatores, tais como: índices de violência, por solicitação da comunidade escolar por meio de seus representantes políticos (deputados, vereadores), pela localidade (se há outros colégios na região para receber os alunos que não têm interesse em estudar no CPMG). Em resumo, não foi seguido um padrão rígido e foram escolhidas desde escolas com ótima estrutura até as mais depredadas (PAIXÃO, 2017).

Após os estudos iniciais referenciados, deverá ocorrer o respectivo processo legislativo e com a conclusão deste, inicia-se então um processo administrativo-burocrático que tramita no interior do Comando de Ensino da corporação. Nesse

trâmite são constituídas e definidas as equipes de policiais militares que irão atuar na gestão do colégio. Segundo Paixão (2017), as equipes devem ser formadas por no mínimo 16 policiais militares, sendo que nas próximas unidades criadas, existe a previsão de que esses militares deverão ser voluntários da reserva remunerada da PMGO.

Antes de iniciar as atividades, é realizado um evento para capacitação (nivelamento) dos servidores civis e militares, principalmente para o efetivo que é convocado da reserva remunerada para o serviço ativo. Após o início das atividades, esse nivelamento se repete anualmente (GOIÁS, 2017).

Após o início dos trabalhos, os CPMG passam a ser administrados pela Polícia Militar do Estado de Goiás por meio do Comando de Ensino Policial Militar em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE) por meio de Termo de Cooperação Técnico Pedagógico.

O corpo docente, os funcionários da limpeza, da secretaria e da merenda são fornecidos pela SEDUCE, sendo eles contratados ou efetivos do Estado.

Os servidores civis que trabalham nos Colégios da Polícia Militar de Goiás (professores, pedagogos e administrativos) são os mesmos da Rede Estadual de Educação, a única diferença está na direção da unidade, vez que é exercida por um oficial da PMGO (GOIÁS, 2017). Ou seja, a direção e a chefia de todas as seções são exercidas por militares, como será detalhado no próximo tópico.

4.3 CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO ESCOLAR EXERCIDA PELA POLÍCIA MILITAR

Os CPMG possuem uma estrutura diferente dos demais colégios da rede pública ou particular, seguindo, conforme os Colégios Militares brasileiros, procedimentos de acordo com as diretrizes das Polícias Militares Estaduais ou Forças Armadas, sem, com isso, modificar os planos curriculares estabelecidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (SEDUCE). Os CPMG “São regidos pela disciplina

fundamentada no autoconhecimento, na conscientização e na expansão dos próprios limites como fator de crescimento pessoal” (PAIXÃO, 2017).

A primeira diferença observada na gestão dos CPMG diz respeito à direção, que ao invés de ser desempenhada por um diretor civil designado ou eleito (segundo os critérios do estado), é exercida por um oficial Superior do posto de Tenente Coronel ou Major, segundo preceitua o art. 1º da lei estadual nº 14.044 de 21 de dezembro de 2001, que dispõe sobre as unidades do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás, *in verbis*:

Art. 1º. As unidades do Colégio da Polícia Militar (CPMG), criadas por lei, destinar-se-ão ao ensino fundamental e médio e serão instaladas e ativadas sob comando e direção de oficiais da ativa (QOPM) dos postos de Tenente Coronel e Major, com graduação acadêmica superior e possuidores de curso de especialização em ensino ou equivalente, obedecida a estrutura orgânica prevista pela Secretaria da Educação.

Parágrafo único. É facultado o exercício das funções de que trata este artigo por pessoal inativo da Polícia Militar de Goiás, preenchidos os requisitos exigidos para os oficiais da ativa.

Art. 2º. As unidades do Colégio da Polícia Militar serão submetidas à supervisão da Secretaria da Educação, que as proverá de recursos humanos, logísticos e do apoio necessário ao seu funcionamento, mediante convênio.

§ 1º. A administração das unidades do Colégio da Polícia Militar será exercida de acordo com o respectivo regimento interno.

§ 2º. Haverá em cada unidade do Colégio Militar uma secretaria, que será coordenada por secretaria-geral diretamente ligada à Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa da Polícia Militar.

§ 3º. Os comandantes-diretores das unidades do Colégio da Polícia Militar serão designados pelo Comandante-Geral da Polícia Militar.

[...] (GOIÁS, 2001).

Detalhe importante destacado no referido texto legal, é que para exercer a função de direção das escolas, o Tenente Coronel ou Major, deverá possuir graduação acadêmica superior e curso de especialização em ensino ou equivalente. Percebe-se a preocupação do governo do estado e da PMGO em alocar nessas importantes funções, oficiais superiores que possuam conhecimento técnico necessário bem como afinidade com a área da educação, proporcionando uma chance maior de sucesso na gestão escolar. Também oficiais inativos poderão ocupar as funções referidas, desde que cumpram com os requisitos estabelecidos.

Ressalta-se que a designação dos comandantes-diretores das unidades do CPMG, são de competência do Comandante Geral.

As Seções setoriais dos colégios são chefiadas por policiais militares, preferencialmente oficiais subalternos e/ou intermediários, ativos ou inativos da PMGO.

Conforme podemos observar no Organograma dos CPMG, descrito na Figura 02 (Anexo 6), abaixo do comandante/diretor temos o subcomandante, e subordinadas a estes, estão diversas Divisões: Administrativa, de Ensino, Disciplinar; Seções: de Coordenação Pedagógica, Finanças, Patrimônio, entre outras. Existem ainda a Secretaria Geral, e outros órgãos auxiliares como o Conselho de Classe, Conselho disciplinar, Conselho escolar, Grêmios estudantil e Associação de pais, mestres e funcionários. Ressalta-se que consta do Regimento Escolar outras divisões e seções que não foram referenciadas acima.

A grade curricular adotada nos CPMG é a mesma da rede pública estadual de ensino do estado de Goiás. Assim, observa-se nas matrizes curriculares do ensino fundamental II e ensino médio (Figuras 1 e 2 – Anexos 7 e 8), que a única disciplina que está prevista nos CPMG e não está nas demais escolas públicas é a disciplina de “Noções de Cidadania”, que por sua vez é ministrada exclusivamente por policiais ou bombeiros militares, seguindo currículo próprio, de acordo com exemplo constante no Anexo 9 (PAIXÃO, 2017).

Desse modo, a Ordem Unida Militar, atividade típica militar e por sua vez praticada constantemente por seus alunos e cadetes, está incluída na disciplina de “Noções de Cidadania”, e visa preparar os alunos para as paradas cívicas e organização das atividades coletivas (GOIÁS, 2017).

Com a disciplina de “Noções de Cidadania”, busca-se desenvolver no aluno o sentimento de amor à pátria, a sadia mentalidade de disciplina consciente, o culto às tradições regionais, o respeito aos Direitos Humanos e contribui sobremaneira para o desenvolvimento do aluno como pessoa nas áreas afetiva e social, oferecendo conhecimentos fundamentais para a formação da cidadania (PAIXÃO, 2017).

Nesse ponto destaca-se o ensino da disciplina e do civismo/cidadania nos CPMG, pois com o lema “Escolas de civismo e cidadania” os CPMG tem na gestão militarizada o seu grande diferencial. Como verificou-se ao analisar os estudos de Foucault, a escola exerce um importante papel na organização da sociedade

moderna, e que a disciplina escola é necessária para que os indivíduos aprendam, ao frequentar a escola, a conviver em sociedade respeitando os demais indivíduos e colaborando para o seu crescimento de forma produtiva. Para o autor o poder produz saber e ambos estão diretamente implicados, sendo que para se construir o saber é necessário que haja ao mesmo tempo relações de poder (FOUCAULT, 1987, p. 30).

Esse poder do qual relata Foucault, trata-se do poder disciplinar, que é exercido nas instituições modernas, em especial na escola, que é uma instituição disciplinar, e atua como meio de controle e disciplina sobre os indivíduos, moldando seus corpos, através de mecanismos de controle do tempo, espaço, gestos e atitudes, e dessa forma consegue preparar os estudantes para conviverem em sociedade de forma produtiva e harmoniosa, perpetuando valores positivos como o civismo e a cidadania ensinados nos colégios da PM de Goiás.

Salienta-se que o poder disciplinar propõem-se a manter o corpo no cumprimento de tarefas de forma organizada e útil, aumentando com isso sua capacidade produtora, quer seja de saber ou de trabalho. Dessa forma, pode-se relacionar que a maior ênfase que é dada ao poder disciplinar nos CPMG possibilitam um maior rendimento dos seus alunos, fato este comprovado através dos excelentes resultados obtidos por estas unidades de ensino em importantes avaliações como o Ideb e o ENEM, como foi apresentado no capítulo 2.

O poder disciplinar gera saber (FOUCAULT, 1987), e sem a presença desse poder, ou sua mitigação nas escolas contemporâneas, contempla-se o surgimento de vários problemas como indisciplina, violência, baixo rendimento e elevada evasão escolar.

Segundo nos ensina Foucault (1987), a produção de saber no ambiente escolar, bem como de indivíduos socialmente produtivos e observadores dos direitos e deveres estipulados por essa mesma sociedade onde estão inseridos, é fruto do exercício do poder disciplinar presente na rotina escolar. É esse o entendimento aplicado nos colégios militares de Goiás.

Com seus colégios militares, Goiás tem buscado construir cidadãos com elevado espírito cívico, que contribuam de forma produtiva e positiva para a sociedade

daquele estado e de todo o país, replicando e disseminando valores como civismo, respeito ao próximo, espírito de equipe, autodisciplina, responsabilidade social, entre outros. Esse propósito resume o lema adotado pelos CPMG: “Escolas de civismo e cidadania” (GOIÁS, 2017).

O modelo de disciplina aplicado nos Colégios da Polícia Militar de Goiás contribui de forma importante na formação do caráter do jovem cidadão. Nesse sentido prega o Sr. André de Albuquerque Garcia, Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo:

“Com a devida observância aos princípios democráticos, acredito ser importante ensinar aos jovens princípios e valores como hierarquia, disciplina, respeito aos símbolos nacionais, ritos militares que não podem ser banalizados. Nos CPM se aprende a seguir um código de honra, se estimula o espírito de corpo dentre outros valores militares. Formam pessoas que sabem pensar e que respeitam o próximo” (GARCIA, 2017).

Outro ponto importante na gestão dos CPMG é a participação ativa dos pais/responsáveis e comunidade em geral, especialmente através da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) do CPMG. Considerando que cada CPMG possui sua própria APMF, mas que todas possuem um estatuto social padrão, podemos descrevê-la como uma instituição auxiliar da escola e procuram primordialmente auxiliar a Direção do Colégio no aprimoramento educacional e cultural de seus alunos, através da integração família-escola-comunidade. A Associação possui vários objetivos, dentre os quais: promover o entrosamento entre Pais, Mestres e Funcionários e colaborar com a direção do estabelecimento para atingir os objetivos educacionais colimados pela escola.

De acordo com o art. 55 do estatuto, da referida associação, os recursos da APMF serão provenientes principalmente de uma contribuição social voluntária dos pais ou responsáveis, ou de quaisquer integrantes da escola. Destaca-se que essa contribuição é voluntária e atualmente está estipulada em R\$ 20,00 (vinte reais). A verba arrecadada é utilizada principalmente para promover melhorias nas instalações do colégio, trazendo benefício direto aos alunos e educadores (GOIÁS, 2017).

A APMF se apresenta como um importante elo de ligação e canal de comunicação entre os pais, mestres e a direção do colégio, primando pela busca de soluções equilibradas para os problemas coletivos do dia a dia escolar (GOIÁS, 2017).

4.3 O REGIMENTO ESCOLAR DOS CPMG

O regimento escolar dos CPMG estabelece e regula de forma ampla e detalhada praticamente tudo que diz respeito aos colégios e inicialmente os define e estabelece os princípios, fins e objetivos da educação escolar.

O regimento trata também de forma pormenorizada da gestão desses colégios, estabelecendo a partir do seu Título III toda sua estrutura organizacional (Comando, divisões, seções, dentre outros), bem como as funções pertinentes a cada setor. E também descreve sobre os corpos docente e discente, órgãos auxiliares como conselho disciplinar, conselho de classe, conselho escolar e sobre a associação de Pais, Mestres e Funcionários. Trata ainda do sistema de matrícula, avaliação, direitos e deveres da comunidade escolar.

No Título IX o regimento estabelece as normas relacionadas à disciplina. Conforme pode-se observar, as regras que prevêm as transgressões disciplinares são rígidas, e figuram como característica marcante do ensino militar:

Art. 172. A sanção disciplinar é a penalidade de caráter educativo que visa a preservação da disciplina escolar, elemento básico indispensável à formação integral do aluno.

Art. 173. As sanções a que estão sujeitos os alunos, são as seguintes em ordem crescente de gravidade:

I - Advertência;

II - Repreensão;

III – Suspensão da sala de aula;

IV – Encaminhamento à Instância Superior para Transferência Educativa Conforme Portaria 5238/13 –GAB/SEE. (GOIÁS, 2017).

Um sistema de graduação de comportamento também é atribuído aos alunos, objetivando promover o bom comportamento e as saudáveis práticas de convívio social dentro e fora da escola.

Art. 188. O comportamento dos alunos deve ser classificado por grau numérico, de acordo com os seguintes critérios:

I- excepcional - grau 10,0

II- ótimo - grau 9,0 a 9,99

III- bom - grau 7,0 a 8,99

IV- regular - grau 5,0 a 6,99

V- insuficiente - grau 2,0 a 4,99

VI- incompatível - grau abaixo de 2,0

§ 1º O grau de comportamento se estenderá por todo o ano letivo em cada série.

§ 2º O aluno, ao matricular-se pela primeira vez no Colégio, será classificado no Bom Comportamento com o grau numérico 8,0 (oito).

§ 3º No início de cada ano letivo, o aluno rematriculado será classificado com o grau de comportamento que possuía ao final do ano letivo imediatamente anterior. (GOIÁS, 2017).

Desse modo, os alunos que praticam algum tipo de transgressão disciplinar, além de sofrerem algum tipo de sanção, ainda perderão pontos no comportamento geral. Por outro lado, o aluno que se destacar positivamente, receberá elogio que repercutirá de forma positiva na nota do comportamento:

Art. 189. As sanções deverão ser computadas negativamente no cálculo da classificação do comportamento, abatendo-se os valores numéricos de acordo com a tabela abaixo:

I – Advertência - 0,25

II – Repreensão - 0,35

III – Suspensão da sala de aula até dois dias – 0,50

IV - Suspensão da sala de aula de dois dias - 1,00

Parágrafo Único - As anotações na agenda, embora não sejam tidas como punições disciplinares, possui o caráter de interromper a contagem de pontos positivos acumulados por ausência de punição.

Art. 190. Os Elogios constituem fatores de melhoria de comportamento e recebem valores que irão influir no cômputo positivo do grau de comportamento, conforme discriminado:

I- Elogio Individual + 0,50

II- Elogio Coletivo + 0,25

Parágrafo Único - Os alunos que obtiverem média bimestral igual ou superior a 8,0 (oito) terão computado positivamente o valor numérico de +0,50 no cálculo da classificação do comportamento, por cada bimestre. (GOIÁS, 2017).

As questões relacionadas à hierarquia, apresentação pessoal, sinais de respeito e continências são apresentadas no Título XII. A continência é colocada como o cumprimento típico do militar, e por isso é adotada no âmbito dos CPMG.

O uso dos uniformes está previsto no Título XIII, que define 05 uniformes diferentes, para serem utilizados nas mais diversas atividades desenvolvidas pelos discentes. O uso do uniforme é outra característica marcante dos colégios militares em todo o Brasil, e por isso recebem especial atenção dos gestores dessas unidades de ensino.

De acordo com o apresentado, constata-se que o Regimento Escolar dos CPMG é uma importante ferramenta, tanto para organização pedagógico-administrativa das unidades, quanto para o sucesso da implantação e manutenção do sistema militar de gestão, onde principalmente a disciplina garante um ambiente escolar organizado e seguro para prática eficiente do ensino-aprendizagem.

4.5 OS REFLEXOS DA IMPLANTAÇÃO DOS CPMG NO AUXÍLIO À REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

Apesar dos primeiros colégios da polícia militar criados no estado de Goiás, assim como os colégios dos outros estados da Federação, possuem como principal objetivo oferecer ensino de qualidade primeiramente aos dependentes dos policiais militares e em consequente a comunidade em geral, os bons resultados e a redução drástica da violência e indisciplina escolar, alcançados pelos CPMG, fortaleceram o clamor social pela criação de novas unidades.

Nesse diapasão, o Tenente Coronel da PMGO, Sérgio Inácio de Araújo, realizou um estudo no ano de 2015, onde apontou as mudanças sociais e comportamentais observadas na comunidade de Novo Gama - GO (mais especificamente na região do setor Lunabel) após a instalação do Colégio da Polícia Militar de Goiás - José de Alencar (CPMG – JA), buscando relacionar o ensino do Civismo e da Cidadania, realizado no colégio José de Alencar com as transformações ocorridas naquela comunidade, em especial no que diz respeito ao fenômeno da violência. Com isso, o referido pesquisador aponta o CPMG como um “modificador social efetivo”.

Segundo preceitua Araújo (2015, p. 08), a sociedade contemporânea vivencia um processo de banalização da violência, que repercute em especial nos estabelecimentos de ensino e nas proximidades destes, onde registram-se diariamente fatos ilícitos e atos de indisciplina.

As unidades de ensino ainda sofrem atos de vandalismo e depredação, que são realizados por integrantes da própria “Comunidade Escolar”. Por mais que os gestores escolares tentem conscientizar os alunos para que mudem seus valores e, por consequente suas ações. Todavia as tentativas, em sua grande maioria das vezes, são infrutíferas e não atingem o escopo almejado. (ARAÚJO, 2015, p. 03).

Ensina-nos Aquino (1998), que devemos entender como indisciplina os atos e situações envolvendo agressões físicas e verbais, e estabelece que a escola contemporânea tem na indisciplina e no baixo rendimento seus dois grandes males. Esses se tornam obstáculos para a atividade docente e contribuem para o fracasso escolar dos estudantes.

Nesse contexto social, surgem os CPMG tendo como lema a seguinte frase “**Escola de Civismo e Cidadania**” (Figura 1 – Anexo 10) (grifo nosso).

Apoiando-se nesta frase o CPMG tem em sua matriz curricular a disciplina de “Noções de Cidadania”, implantada com o fito de criar e/ou aperfeiçoar os valores morais e cívicos em todo seu corpo discente. Assim, conscientes de seus ensinamentos de “cidadania”, os alunos tornam-se multiplicadores dos novos valores morais que foram agregados em seu caráter. Com isso modificações sociais acontecem espontaneamente, e logo são percebidas por toda comunidade (ARAÚJO, 2015, p. 04).

Até meados da década de 80, vigorava nos currículos escolares das escolas brasileiras as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Tais disciplinas foram instituídas pelo Decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969, e tinham como objetivo promover entre os alunos o nacionalismo, o patriotismo, as tradições nacionais, a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade.

Tais disciplinas também deveriam transmitir ensinamentos relativos: à solidariedade humana, ao culto à Pátria, aos seus símbolos e tradições; o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País; o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum (BRASIL, 1969).

Ocorre que as disciplinas de EMC e OSPB foram retiradas dos currículos escolares no ano de 1993, oito anos após o fim dos governos militares⁶, pela lei nº 8.663, de 14 de junho de 1993. Não havendo a substituição de forma específica dessas disciplinas, o ensino do civismo e da cidadania se perderam com o tempo, e daquele momento em diante os alunos deixaram de aprender ensinamentos importantes que refletem diretamente no convívio social e respeito ao próximo.

Os colégios militares, por outro lado, buscam resgatar o ensino do civismo e da cidadania e a instituição da disciplina para garantir o sucesso do processo ensino-aprendizagem:

⁶ Ditadura militar no Brasil ou Quinta República Brasileira foi o regime instaurado em 1 de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares.

“O COLÉGIO da POLÍCIA MILITAR de GOIÁS - JOSÉ de ALENCAR (CPMG – JA) muito embora não seja uma escola de regime militar, e sim, uma escola moldada em princípios fundamentais do militarismo, como disciplina, civismo e cidadania. A disciplina exigida e ensinada dentro dos CPMG, é a que é, referenciada em nossos dicionários, levando-se em conta mais o viés de uma subordinação do aluno ao professor e ao cumprimento de normas visando o bem comum. Sempre mirando numa melhor qualidade no aprendizado do aluno.

Com o aumento da proficiência dos alunos do CPMG, aumenta-se também a assimilação de matérias como “cidadania”, que é ministrada exclusivamente pelos CPMG. São nas aulas de cidadania que o discente tem contato com as noções de civismo, é onde seus valores cívicos são lapidados e aperfeiçoados visando por em prática o civismo [...]” (ARAÚJO, 2015, p.07).

Conforme ensina Araújo (2015, p. 08), o civismo ensinado nos CPMG vão muito além do culto aos símbolos nacionais. Refere-se mais especificamente às atitudes e comportamentos, atitudes que no dia a dia devem se manifestar nos alunos, sempre em busca e na defesa de certos valores e práticas assumidas como fundamentais para vida coletiva.

Cidadania, civismo e civilidade fazem parte do mesmo processo inerente à vida em sociedade. São conceitos verdadeiros de padrões sociais. Desta maneira não podemos ter a idéia errada de que para ser patriota e cultivar o civismo, necessitamos assistir um desfile militar ou estudantil ou, ainda, torcer pelo Brasil em competições. O Civismo vai muito além disso, deve ser demonstrado em todo e qualquer ato, prestado por todo brasileiro, em que se busque o bem comum, não necessita primordialmente de ter um grande alcance, basta a ação gerar o bem comum. É por meio do Civismo que são demonstradas, de maneiras menos abstratas, as atitudes patrióticas inerentes aos cidadãos. (ARAÚJO, 2015, p.09).

Quanto às mudanças sociais observadas na comunidade escolar e no entorno do CPMG José de Alencar, Araújo (2015, p. 09) destaca que:

Após inúmeros relatos da comunidade local e da comunidade escolar sobre as mudanças ocorridas, e depois da observação fenomenológica ocorrida na região, onde se instalou o colégio. Houve uma vinculação empírica entre os ensinamentos de Civismo e Cidadania, ministrados pelo CPMG – JA, e as mudanças ocorridas nas comunidades citadas, principalmente com referência as atitudes comportamentais por parte do corpo discente.

Os alunos se tornaram mais responsáveis e disciplinados, tanto no convívio familiar, quanto no social. A disciplina ministrada pelo CPMG - JA foi um fator primordial para a assimilação dos ensinamentos de civismo e cidadania, valores essenciais para a formação de princípios sociais. (ARAÚJO, 2015, p.09).

Diante de tais afirmações resta evidenciado o importante papel desempenhado por um colégio da polícia militar na mudança de comportamento de crianças, adolescentes e jovens. Atitudes negativas como indisciplina e atos de violência, transformam-se em disciplina consciente, que pode ser externada em

comportamentos positivos como respeito aos pais, professores, colegas e autoridades.

O papel da disciplina aqui referenciada não tem como propósito adestrar os alunos, mas sim, levá-los a refletir sobre valores éticos e morais (ARAÚJO, 2015, p. 09).

Esse processo de transmissão e ensino de valores éticos e morais, iniciam-se primeiramente na família, e de forma complementar são reforçados na escola. Esse entendimento coloca a escola no papel de auxiliar a família na formação do caráter da criança e adolescente.

É evidente que a escola não é a única responsável. Ela é parte de um todo que contribui para a formação e informação das pessoas. Neste processo, a família exerce papel fundamental, uma vez que ela é o primeiro grupo social de qualquer indivíduo. Com isso, na família construímos nossos valores morais e éticos. Com o tempo, tais valores são lapidados de acordo com o fluxo das influências externas, podendo esta lapidação ser positiva quando aprendidas em escolas, ou negativa quando aprendida sem referência (ARAÚJO, 2015, p.10).

No que diz respeito ao resultado das pesquisas realizadas com a comunidade escolar do CPMG – JA e com a comunidade situada em seu entorno, concluiu-se que dos entrevistados 85% afirmaram que houve mudanças no comportamento social após a implantação do colégio (ARAÚJO, 2015, p. 14).

Percebeu-se também, uma diminuição considerável na prática de crimes e comportamentos violentos na percepção da comunidade em relação aos alunos do CPMG – JA. Dos entrevistados, 50% perceberam uma diminuição na depredação pública e redução em crimes diversos, 60% reconheceram diminuição nos atos de vandalismo, e um total de 85% distinguiram mudanças comportamentais nos alunos. Mudanças sentidas por toda a comunidade local, sendo mais intensas nas imediações do estabelecimento de ensino (ARAÚJO, 2015, p. 14).

Dado interessante é que 100% dos entrevistados alegaram que se possuísem filho em idade escolar os matriculariam no CPMG – JA (ARAÚJO, 2015, P. 14). Verificase com isso o elevado grau de credibilidade alcançado pelos colégios da polícia militar do estado de Goiás, junto à comunidade em geral.

Nas pesquisas que tiveram como público alvo os responsáveis pelos alunos, foram apresentadas perguntas buscando verificar as mudanças comportamentais ocorridas nas atitudes dos alunos quanto ao convívio familiar (ARAÚJO, 2015, p. 14).

Os responsáveis entrevistados também afirmaram de forma majoritária que perceberam mudanças significativas no comportamento dos alunos no seio familiar:

Dentre as mudanças percebidas nos alunos e citadas pelos entrevistados, destacamos o aumento no grau de valores cívicos, onde 95% alegaram que seus dependentes mudaram as ações de civismo. Dos pesquisados 75% disseram que os dependentes discutem assuntos de civismo em casa e outro 85% alegam que os alunos mudaram suas atitudes com referência ao exercício da cidadania, além de um aumento considerável na vontade de ampliar seus conhecimentos. Já na pergunta dissertativa o que ficou mais evidenciado durante a análise das respostas foi o espetacular aumento na responsabilidade dos discentes, tudo isso relatado e confirmado pelos entrevistados e corroborados pelos dados da pesquisa (ARAÚJO, 2015, P. 14).

Afirma Araújo (2015, p. 14) que os ensinamentos de civismo e cidadania são tão assimilados e colocados em prática constante pelos alunos, que a noção de valores cívicos e morais extravasam o ambiente escolar e atinge também a comunidade local, que de forma ampla, aprovaram as mudanças ocorridas.

Acrescenta-se que não há uma falência nos valores morais e sim, uma falta de incentivo por parte das unidades de ensino, em disseminar os estudos e o aprendizado de moral e civismo nos alunos, buscando transmitir valores como dignidade, solidariedade, respeito mútuo e justiça, “de maneira tal que as aprendizagens sejam vivenciadas, exploradas, discutidas e refletidas, por todos os envolvidos no processo de ensino” (ARAÚJO, 2015, p. 14).

Pelo exposto, observa-se o grande sucesso da implantação dos colégios militares no estado de Goiás que apresentam reflexos na contribuição para a redução da violência escolar, melhorias no rendimento escolar e a redução quase total do abandono escolar.

Dessa forma, pela similaridade dos problemas enfrentados em vários municípios do estado de Goiás, e os do Espírito Santo, foram pesquisados dados das escolas situadas no município da Serra com o fito de analisar a possibilidade de implantação de colégios geridos pela PM nessa região, conforme se segue.

5 A PMES NA GESTÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS: ANÁLISE DE PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRA /ES

No Estado do Espírito Santo, conforme já apontado nos registros históricos de Loyola (2017, p. 01), em 1969 foi implantado um colégio militar sob a gestão da PMES, porém, atualmente é o único estado na região sudeste que não possui esse modelo de colégio.

O Estado do Espírito Santo possui extensão territorial de 46.098,571 quilômetros quadrados, divididos em 78 municípios. Conta com 4.016.356 habitantes, segundo a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), e apresentou no ano de 2014 um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 128,78 bilhões em valores nominais (IJSN, 2017). Também nesse mesmo ano, apresentou o quinto melhor PIB per capta do país com a cifra de R\$ 33.148,56. Isso demonstra que apesar de sua pequena extensão territorial, o ES possui uma economia forte que o projeta em âmbito nacional.

Porém, o ES tem enfrentado graves problemas relacionados à criminalidade, apresentando elevadas taxas de homicídios e outros crimes (incluindo problemas relacionados à violência escolar), é elencado como um dos estados mais violentos do país, além de possuir municípios também bastante violentos, como é o caso da Serra, que veremos a seguir.

5.1 PANORAMA DA VIOLÊNCIA NO ES E NO MUNICÍPIO DE SERRA

O estado do Espírito Santo possui um histórico de elevados índices de homicídio no comparativo com os outros estados. De acordo com os dados do Atlas da Violência (Tabela 1 – Anexo 1), elaborado pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – entre os anos de 2004 e 2014 o ES apresentou a segunda maior taxa de homicídio por grupo de 100.000 habitantes, ficando atrás somente do estado de Alagoas, que deteve a primeira posição nesse período.

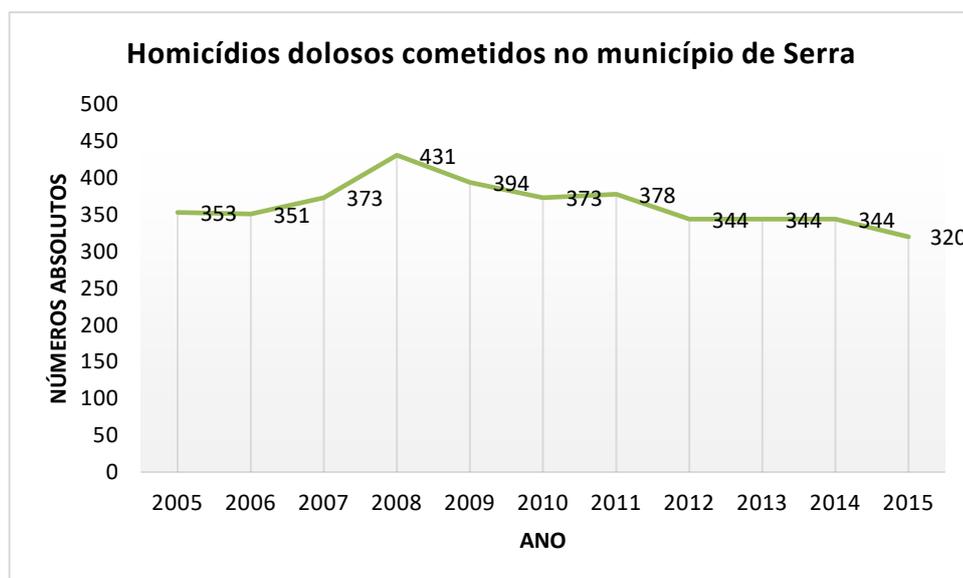
De 1980 a 2012, o ES sempre permaneceu entre os cinco estados mais violentos do país, o que demonstra ser o elevado número de homicídios, um problema crônico no estado.

O Atlas da Violência, também indica que no ano de 2014 o ES registrou 1.608 homicídios, sendo que destes, 952 eram jovens entre 15 e 29 anos, ou seja, cerca de 60% do total de vítimas. Esses dados evidenciam que o estado enfrenta um grave problema relativo à vitimização de sua população jovem em idade produtiva.

Engel (2015), a pedido da SENASP, realizou no ano de 2015 (com os dados de 2014) um “Diagnóstico dos homicídios no Brasil” e listou os dez municípios com as maiores taxas da região Sudeste (homicídio por 100.000 habitantes), sendo estes: Serra-ES (72,4), Cabo Frio-RJ (67,5), Nova Iguaçu-RJ (58,3), Cariacica-ES (57,5), Betim-MG (49,3), Vila Velha-ES (49,2), Duque de Caxias-RJ (48,4), Campos dos Goytacazes-RJ (44,1), Belford Roxo-RJ (43,6) e Ribeirão das Neves-MG (43,5) (SENASP, 2015, p. 187).

Observa-se que dos 10 municípios com as maiores taxas do Sudeste, 03 encontram-se no ES, sendo eles Serra, Cariacica e Vila Velha. A Serra se destaca em primeiro lugar com a exorbitante taxa de 72,4 homicídios por grupo de 100.000 habitantes, referente ao ano de 2014.

Gráfico 1 - Homicídios dolosos cometidos no município de Serra – 2005 a 2015



Fonte: GEAC/SESP.

Nota: Elaborado pelo autor.

Mesmo com a redução registrada no ano de 2015, os homicídios intencionais ocorridos no município de Serra correspondem à 23% dos cometidos no estado, dentre um total de 78 municípios.

Essa elevada cifra faz com que o município de Serra se situe como primeiro do *ranking* em nível estadual, e 17º em nível nacional, com taxa média de 77,4 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, Brasil (2015).

Com isso, salienta-se a necessidade deste município ser tratado como uma área crítica, requerendo atenção especial das autoridades competentes, ficando explícito que o comportamento de Serra impacta diretamente nos resultados do Estado quanto ao crime de homicídio doloso, e o projeta de forma negativa no cenário nacional.

Apurando um pouco mais os dados relativos à violência no município de Serra, temos que: o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) é uma síntese de alguns indicadores, dentre eles a taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por causas violentas, entre outros. Ele oferece informações sobre locais em que os jovens estão mais vulneráveis à violência e, a partir desse índice, pode-se dimensionar onde esses jovens precisam de maior atenção. Os valores do IVJ variam entre 0 e 1. Quanto mais próximo de “zero”, menor será a vulnerabilidade juvenil. No sudeste, o Espírito Santo, possui o maior IVJ entre os estados que é de 0,496, e o município da Serra com 0,526, ocupa o primeiro lugar entre as cidades, (ENGEL, 2015, p. 193).

O município de Serra também apresenta uma das piores taxas de abandono (evasão) escolar: 9,1. As taxas de evasão escolar são calculadas com base nas informações de rendimento e abandono escolar onde a SENASP (2015, p. 195) utilizou como referência na pesquisa em questão apenas o Ensino Médio, já que, em tese, esta é a faixa etária com maior vulnerabilidade e a que tem sido a mais vitimada com relação aos homicídios.

Quanto às taxas de notificação de violência domésticas por 100 mil habitantes (trata-se de agressões que chegaram ao hospital), a Serra (35,26) se situa entre as cinco cidades com as maiores taxas da região sudeste (ENGEL, 2015, p. 202).

Em relação aos índices de homicídios de mulheres e crianças a Serra mais uma vez assume a primeira posição, com 9,42 – crianças e 15,84 – mulheres. Quanto aos homicídios de idosos a Serra ocupa a segunda posição com uma taxa de 16,68, ficando atrás apenas de Campos dos Goytacazes-RJ com 21,41(ENGEL, 2015, p. 204).

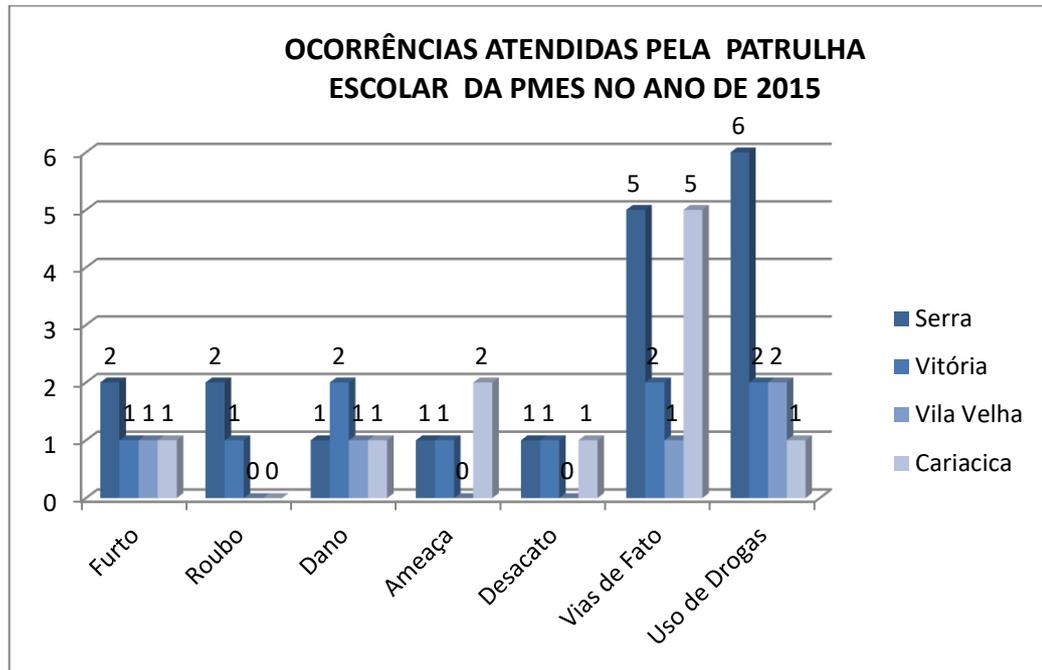
Os dados acima expostos colocam o Espírito Santo entre os estados mais violentos e o município de Serra, por sua vez, como um dos primeiros colocados nesse *ranking*, em especial no caso dos homicídios de jovens.

Diante de um cenário tão catastrófico, urge a necessidade de se buscar soluções eficazes, através de políticas públicas, que tenham como público alvo os jovens e adolescentes do ES iniciando pelos do município de Serra.

O que se apresenta com maior probabilidade de sucesso, são os projetos que envolvam educação e segurança pública em uma mesma ação. Nesse sentido, os colégios geridos pela polícia militar, se apresentam como um projeto interessante e capaz de promover resultados efetivos na redução da indisciplina e da violência, tendo como público alvo os jovens e adolescentes, como apresentado no exemplo dos CPMG.

Ao analisar os dados referentes às ocorrências atendidas pela “Patrulha Escolar” da PMES, que atua apenas nos municípios da Região Metropolitana, nos anos de 2015 e 2016, em escolas da rede estadual de ensino, situadas nos municípios de Vitória, Serra, Cariacica e Vila Velha, obtém-se os seguintes dados:

Gráfico 2 - Ocorrências atendidas pela patrulha escolar da PMES em 2015

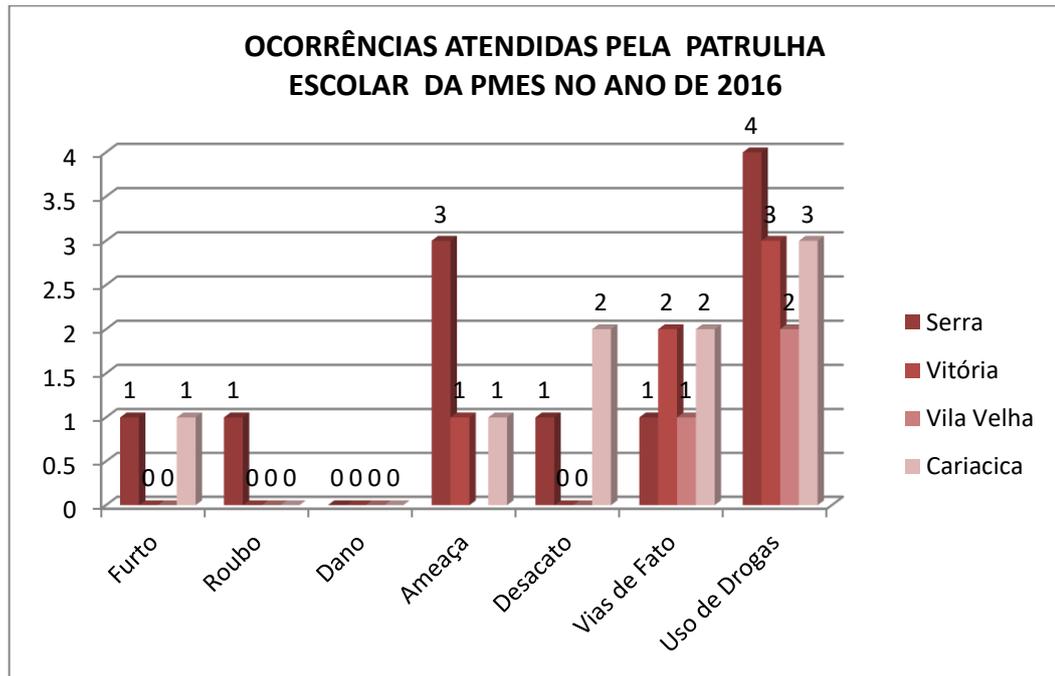


Fonte: DTIC/PMES.

Nota: Elaborado pelo autor.

O gráfico 2 demonstra os sete tipos de ocorrências mais atendidos pela patrulha escolar em 2015. A Serra destaca-se com o maior número de registros em quatro desses sete tipos de ocorrência, sendo 2 furtos, 2 roubos, 5 vias de fato e 6 ocorrências de posse/uso de drogas.

Gráfico 3 - Ocorrências atendidas pela patrulha escolar da PMES em 2016



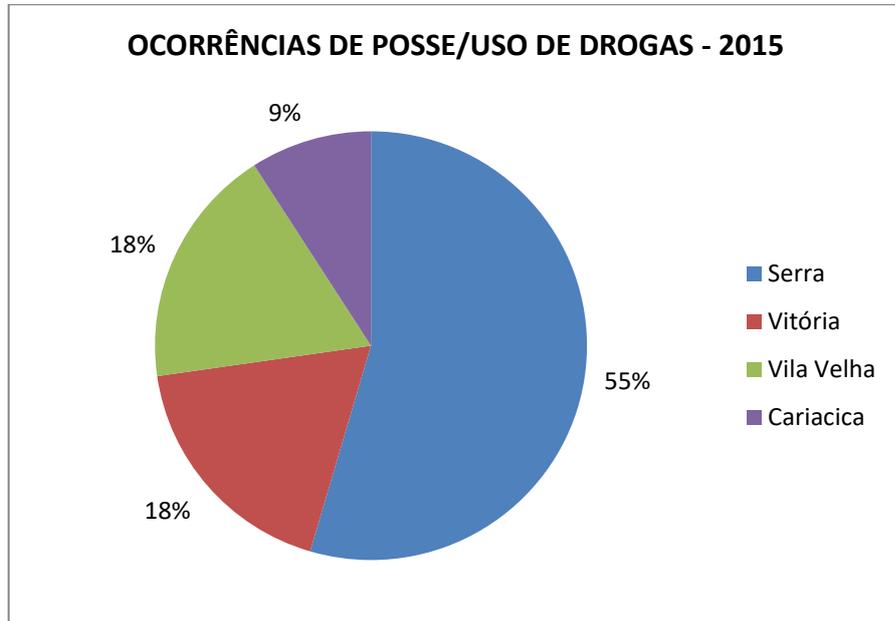
Fonte: DTIC/PMES.

Nota: Elaborado pelo autor.

Nos dados da patrulha escolar referentes ao ano de 2016 (gráfico 3), as escolas de Serra continuam apresentando os maiores números, sendo 1 furto, 1 roubo, 3 ameaças e 4 ocorrências de posse/uso de drogas. Houve uma queda nas ocorrências de vias de fato, de 5 em 2015 para 1 em 2016, porém houve um crescimento nos crimes de ameaça de 1 em 2015 para 3 em 2016.

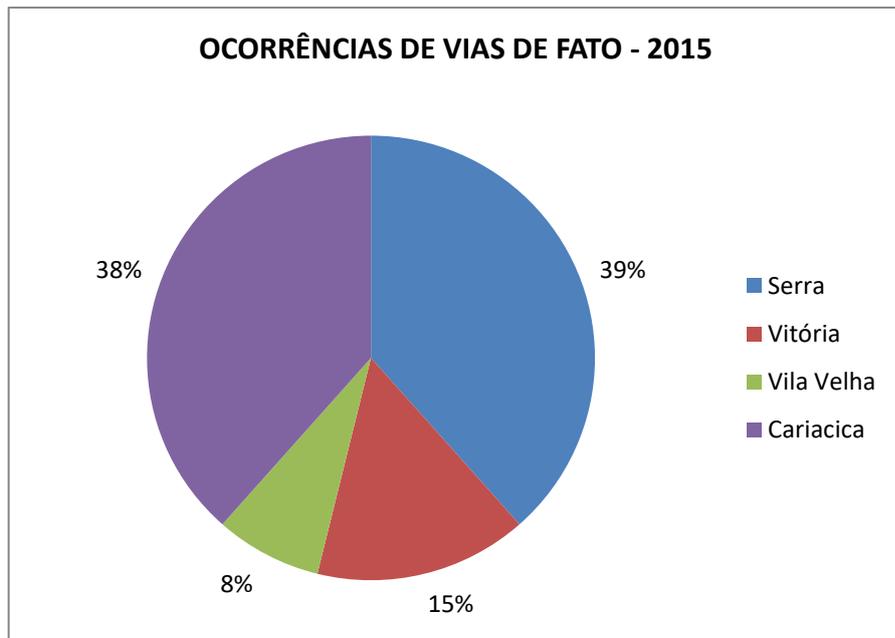
Quando se analisa as ocorrências de posse/uso de drogas (Gráfico 4) e de vias de fato (Gráfico 5), o município de Serra apresenta as escolas com os maiores percentuais. 55% do total de ocorrências de posse/uso de drogas e 39% das vias de fato foram registradas em escolas Serranas.

Gráfico 4 - Ocorrências de posse/uso de drogas atendidas pela patrulha escolar em 2015



Fonte: DTIC/PMES.
Nota: Elaborado pelo autor.

Gráfico 5 - Ocorrências de vias de fato atendidas pela patrulha escolar em 2015



Fonte: DTIC/PMES.
Nota: Elaborado pelo autor.

Dos dados extraídos dos atendimentos de ocorrências feitos pela patrulha escolar, percebe-se que o município de Serra, no que diz respeito à violência escolar, acompanha a tendência apontada inicialmente pelos resultados do diagnóstico dos homicídios elaborado pela SENASP.

Ressalta-se que os registros de ocorrências atendidas pela patrulha escolar da PMES, não refletem o total de fatos ocorridos nas escolas dos municípios elencados. Muitas ocorrências são atendidas por radiopatrulhas que atuam no policiamento ordinário, e algumas são subnotificadas, ou seja, não noticiadas ao Centro Integrado Operacional de Defesa Social (CIODES).

5.2 GESTÃO DE COLÉGIOS PELA POLÍCIA MILITAR NO MUNICÍPIO DE SERRA: PROPOSTA PARA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA

A PMES possui a missão constitucional, elencada no Art. 144 da Constituição Federal de 1988, de atuar para prevenir a ocorrência de crimes e da violência. Dentro desse mister de prevenção criminal, vislumbramos a atuação da PM juntamente às instituições de ensino em um trabalho de prevenção primária.

[...] os programas de prevenção primária orientam-se às mesmas causas, à raiz do conflito criminal, para neutralizá-lo antes que o problema se manifeste. Tratam, pois, de criar os pressupostos necessários ou de resolver as situações carenciais criminosas, procurando uma socialização proveitosa de acordo com os objetivos sociais. Educação e socialização, casa, trabalho, bem-estar social e qualidade de vida são os âmbitos essenciais para uma prevenção primária, que opera sempre a longo e médio prazos e se dirige a todos os cidadãos. As exigências de prevenção primária correspondem a estratégias de política cultural, econômica e social, cujo objetivo último é dotar os cidadãos, consoante as palavras de Lüderssen, de capacidade social para superar de forma produtiva eventuais conflitos. A prevenção primária é, sem dúvida nenhuma, a mais eficaz, a genuína prevenção [...] (Gomes *et al.*, 2012).

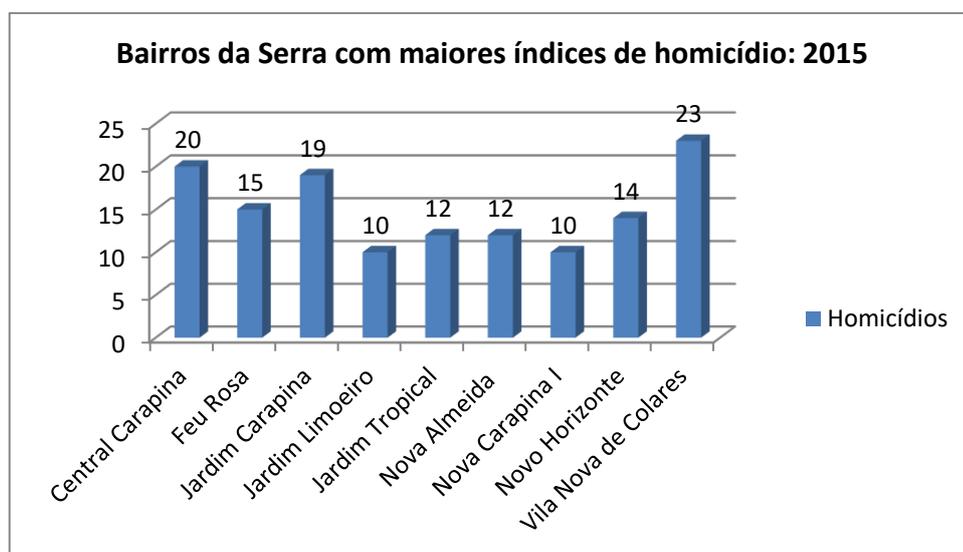
Nesse contexto, a PM poderia assumir o papel de gestora do sistema disciplinar escolar, transmitindo aos discentes valores importantes como: civismo, disciplina, respeito ao próximo, honestidade, senso de responsabilidade, entre outros. A PMES, sem se afastar de seu propósito principal, atuaria como protagonista no ambiente público de ensino, colaborando para a redução dos índices negativos que prejudicam nossas escolas.

Considerando o cenário atual descrito anteriormente sobre o ES e mais especificamente sobre o município de Serra, entende-se que a gestão em colégios estaduais, realizada pela Polícia Militar, já aplicada em outros Estados da federação, poderá contribuir para redução da criminalidade no ambiente educacional e na comunidade do entorno do colégio.

Para a escolha das escolas para a implantação da realização da gestão pela polícia militar, foram analisados os distritos e bairros serranos que possuem os maiores índices de homicídio. Além disso, verificou-se a dimensão urbana e geográfica da Serra, que segundo estimativa divulgada pelo IBGE em 2017, é atualmente o município mais populoso do estado com uma população estimada de 502.618 habitantes. O município possui ainda uma área territorial de 552.541 km² e subdivide-se em 5 distritos, sendo eles: Calogi, Carapina, Jacaraípe, Nova Almeida e Queimado. Esses distritos compreendem 139 bairros oficiais.

Ao se analisar os dados dos homicídios registrados por bairros no município de Serra em 2015, observa-se que nove se destacam ao registrar mais de dez homicídios ao longo daquele ano. Dentre estes nove, se sobrepõem os bairros de Vila Nova de Colares com 23, Central Carapina com 20 e Jardim Carapina com 19 homicídios. Vale ressaltar que no ano de 2015 a Serra registrou, segundo a GEAC/SESP, 320 homicídios, e destes, 135 se concentraram nesses nove bairros.

Gráfico 6 - Bairros da Serra com os maiores índices de homicídio em 2015

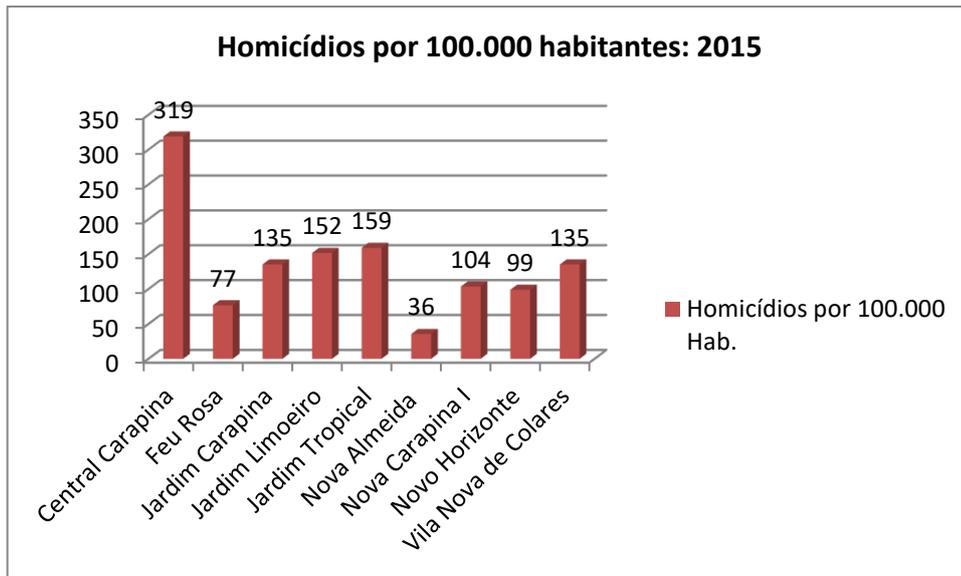


Fonte: GEAC/SESP.

Nota: Elaborado pelo autor.

Quando se calcula o índice de homicídios por grupo de 100.000 habitantes, considerando os dados do censo demográfico do ano de 2010 do IBGE e os registros de homicídios (números absolutos) ocorridos em 2015, produz-se os seguintes dados (gráfico 9):

Gráfico 7 - Bairros da Serra com as maiores taxas de homicídio em 2015



Fonte: GEAC/SESP.
Nota: Elaborado pelo autor.

Tem-se que os bairros que se destacam com as maiores taxas são: Central Carapina com 319, Jardim Tropical com 159, Jardim Limoeiro com 152, Jardim Carapina e Vila Nova de Colares com 135 cada.

Com base nesses importantes dados, percebe-se que esses nove bairros apresentam características para implantação de políticas públicas que visem à redução de homicídios e de outros atos violentos, a exemplo da implantação da gestão da PM em colégios públicos, como tem ocorrido em outros estados da federação, com destaque para o estado de Goiás.

Acrescenta-se que os bairros constantes do Gráfico 6 possuem escolas da rede pública estadual de ensino em seu interior ou nas proximidades (Tabela 2).

Tabela 1 - Escolas públicas estaduais situadas nos bairros (ou próximo) com maiores índices de homicídio do município de Serra-ES.

Bairro	Escola
Central Carapina	E.E.E.F.M. Rômulo Castello
Feu Rosa	E.E.E.F.M. Antônio Engrácio da Silva
Jardim Carapina	E.E.E.F.M. Arlindo Ferreira Lopes
Jardim Limoeiro	E.E.E.F.M. Aristóbulo Barbosa Leão
Jardim Tropical	E.E.E.F. Antonio Luiz Valiate
Nova Almeida	E.E.E.F.M. Antônio José Peixoto Miguel
Nova Carapina I	E.E.E.F.M. Nova Carapina
Novo Horizonte	E.E.E.F. Francisco Alves Mendes
Vila Nova de Colares	E.E.E.F.M Vila Nova de Colares

Fonte: SEDU.

Nota: Elaborado pelo autor.

Sobre a gestão de um colégio pela polícia militar no estado do Espírito Santo, O Secretário de Segurança Pública do ES avalia que “Tendo condições para isso, acredito ser muito interessante. Acho importante mostrar aos adolescentes e jovens que existe uma carreira, a militar, que é excelente para ser seguida.”

A posição do Secretário de Segurança do ES corrobora com a proposta de gestão de um colégio pela polícia militar no estado do Espírito Santo, possivelmente iniciando-se pelo município de Serra, que como relatado no presente capítulo, tem padecido de políticas públicas e ações na área de segurança pública e educação, que tenham como público alvo, principalmente os adolescentes e jovens.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação dos colégios militares no Brasil data de 1949, tendo sido o colégio Tiradentes em Minas Gerais o primeiro a ser instalado. A experiência de Minas Gerais se espalhou pelo Brasil e atualmente a maioria dos estados membros da federação, incluindo o Distrito Federal, possuem colégios geridos pela PM, e apenas o Espírito Santo, Pará, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e São Paulo não possuem colégios sob a gestão da polícia militar, no entanto os dois últimos possuem estudos em andamento objetivando implantar esse modelo de colégio em seus territórios. Tal fato indica ser uma tendência nacional a criação e manutenção de CPM como uma opção de ensino público diferenciado.

As diversas pesquisas realizadas por importantes órgãos apontam para a existência de um cenário de indisciplina, violência, desordem, baixo rendimento e evasão que envolve as escolas públicas brasileiras. Apontam ainda para uma verdadeira crise da disciplina escolar, que por sua vez contribui para a ocorrência da violência. E dessa forma nesse ambiente se torna bem mais difícil exercer o magistério e oferecer aos alunos um processo de ensino-aprendizagem mais eficaz, ao ponto de lhes proporcionar um melhor rendimento escolar.

Por outro lado, os dados relativos aos resultados do Ideb e ENEM, demonstram que os CPM em geral, apresentam índices e notas elevadas, respectivamente, para esses indicadores. Assim, os CPM se destacam como ilhas de excelência em meio ao ensino público pátrio.

Os estudos desenvolvidos por Michael Foucault acerca do sujeito como um “corpo dócil” possível de ser moldado e de ser aperfeiçoado através da disciplina que é exercida nas instituições modernas, salientam que o poder disciplinar deve estar presente no ambiente escolar, pois através deste se produzirá o “saber”. O referido autor aponta que a escola é uma instituição disciplinar moderna, que deve cumprir com seu papel de preparar os jovens para fazer parte da sociedade, contribuindo de forma produtiva para o seu desenvolvimento. Verifica-se que nos colégios militares existentes os princípios da teoria foucaultiana é utilizada como base para o processo

disciplinador escolar, produzindo excelentes resultados, vez que um ambiente escolar disciplinado auxilia no aprendizado.

Verifica-se que a implantação de colégios militares desenvolvidos no estado de Goiás pela Polícia Militar está em plena expansão, pois a partir da criação do primeiro colégio no ano de 1998, outras 34 unidades foram sendo implantadas ao longo dos anos, até a presente data, perfazendo assim um total de 35 unidades em pleno funcionamento. Acrescenta-se que outras 19 unidades aguardam serem implantadas nos próximos anos.

O projeto desenvolvido em Goiás nos chama a atenção não só pelo quantitativo de colégios militares implantados (Goiás é o estado com maior número de CPM no Brasil), mas pelo formato da implantação, onde uma escola pública estadual, de ensino fundamental II e/ou médio, já existente e funcionando sob a gestão da Secretaria Estadual de Educação, passa para a gestão da PMGO, e a partir de então passa a ser denominada “CPMG – Unidade ...”.

Registra-se que a gestão militar desenvolvida nos CPMG, baseia-se no modelo foucaultiano de ensino, onde a disciplina aliada ao ensino e a valorização do civismo moldam o comportamento dos estudantes e organizam o ambiente escolar de tal forma que os colégios passam a ser referência em bom desempenho e disciplina, e são denominados “Escolas de civismo e cidadania”. Dessa maneira a experiência de Goiás tem se mostrado bem sucedida e eficaz na redução da violência e da indisciplina, na melhoria do rendimento escolar e redução quase a zero do fenômeno da evasão, além de servir como modelo para outros estados implantarem projetos semelhantes de colégios militares geridos pela PM.

O panorama do problema da violência que assola o estado do ES e o estudo dos índices de homicídio registrados no estado, apresentam o município da Serra com as maiores taxas dentre os 78 municípios capixabas, onde parte significativa das vítimas eram jovens. Os dados estatísticos relativos aos boletins de ocorrência gerados pela Patrulha Escolar nos estabelecimentos de ensino dos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra, também aponta o município da Serra com os maiores índices.

Acrescenta-se que nos dados específicos relativos ao município de Serra, existe um grupo de nove bairros que registraram parte significativa dos homicídios de todo o município, sendo eles Central Carapina, Feu Rosa, Jardim Carapina, Jardim Limoeiro, Jardim Tropical, Nova Almeida, Nova Carapina I, Novo Horizonte e Vila Nova de Colares, os quais possuem em suas regiões escolas de ensino público estadual, que poderiam ser geridas pela Polícia Militar, como medida mais eficaz para redução da violência escolar, com repercussão na melhoria do rendimento escolar e na diminuição da evasão escolar.

Conclui-se que a Serra é um município prioritário para receber políticas públicas e projetos governamentais que tenham como foco a redução da violência, em especial contra jovens e adolescentes. Dentre os projetos a serem desenvolvidos e objeto do presente estudo elenca-se a gestão dos colégios estaduais realizada pela Polícia Militar do ES.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia. SILVA, Ana Paula da. CERQUEIRA, Luciano. **Diagnóstico participativo das violências nas escolas: falam os jovens**. Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, OEI, MEC, 2016.

AQUINO, Júlio Groppa. **A violência escolar e a crise da autoridade docente**. Cadernos Cedes, v. 19, nº 47. Campinas, dezembro/1998.

ARAÚJO, Sérgio Inácio de. **Colégio da polícia militar de Goiás - José de Alencar (CPMG – JA): Modificador social efetivo**. Universidade Estadual de Goiás, 2015.

BAHIA. Polícia Militar. Histórico do Colégio da Polícia Militar. 2015. Disponível em: http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1751&itemid=706 <acesso em 30 de Maio de 2017>

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 37ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm <acesso em 15 de maio de 2017>

_____. Decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969. **Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10869.htm <acesso em 20 de Julho de 2017>

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. IDEB – apresentação. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes?id=180> <acesso em 03 de Julho de 2017>

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **PESQUISA INTERNACIONAL SOBRE ENSINO E APRENDIZAGEM – TALIS**: 2014. Brasília: 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pesquisa_talis/2013/talis2013_relatorio_brasil.pdf <acesso em 01 de Julho de 2017>

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Censo Escolar. 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar><acesso em 22 de Abril de 2017>

_____. Resultado do ENEM 2015. 2016. Disponível em: <http://enem.inep.gov.br/participante/#!/inicial> <acesso em 01 de Julho de 2017>

CEARÁ. Polícia Militar. Histórico do Colégio da Polícia Militar do Ceará. 2017. Disponível em: <http://cpmgef.com.br/historico/><acesso em 30 de Maio de 2017>

ENGEL, Cíntia Liara et al. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil** : subsídios para o pacto nacional pela redução de homicídios. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

ESPÍRITO SANTO. INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/assuntos/pib-estadual><acesso em 05 de Agosto de 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015**. São Paulo, 2016. Disponível em: <www.forumseguranca.org.br>. Acesso em: 02 mai. 2017.

FOUCAULT, M. **A sociedade disciplinar em crise**. Ditos e escritos: estratégia, poder- saber. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006. V. IV.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FUNDAÇÃO LEMANN. Conselho de Classe. 2015: A visão dos professores sobre a educação no Brasil. 2015. Disponível em: <http://www.fundacaolemann.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Conselho-de-classe-2015.pdf> <acesso em 02 de Julho de 2017>

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOIÁS. Polícia Militar. **Regimento dos Colégios da Polícia Militar de Goiás**. Goiânia. 2017.

_____. Lei Estadual nº 18.108 de 25 de julho de 2013. Criação de Colégios da Polícia Militar de Goiás. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2013/lei_18108.htm 2017. <acesso em 15 de Agosto de 2017>

_____. Lei Estadual nº 14.044 de 21 de dezembro de 2001. Dispõem sobre as unidades do Colégio da Polícia Militar de Goiás. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2001/lei_14044.htm <acesso em 15 de agosto de 2017>

GOMES, Luiz Flavio; Molina, Antonio G. Pablos de. **Criminologia**. são paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2015/> <consulta realizada em 23 de abril de 2017>

_____. PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR : 2015, Coordenação de população e indicadores sociais. – Rio de Janeiro : IBGE, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Atlas da Violência no Brasil. IPEA e FBSP, 2016.

JESUS, Andrea Reis de. **Colégio estadual da polícia militar da bahia primeiros tempos**: Formando brasileiros e soldados (1957-1972). Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9174> <acesso em 16 de Junho de 2017>

LOIOLA, Gelson. **A história das Instituições de Ensino da Polícia Militar do Espírito Santo**. Vitória:[no prelo], 2017.

MARANHÃO. Polícia Militar. Colégio Militar Tiradentes da Polícia Militar. 2017. Disponível em: http://www.pm.ma.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=491&catid=78&Itemid=435 <acesso em 01 de Junho de 2017>

MARIZ, Renata. Polícia assume escola em área violenta de Manaus e impõe rotina militar. **O Globo**, Manaus, 29 jun. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/>

sociedade/policia-assume-escola-em-area-violenta-de-manauas-impoe-rotina-militar-16590532#ixzz4otsMfqmo <acesso em 20 de Junho de 2017>

MATO GROSSO. Polícia Militar. Histórico da Escola Tiradentes. 2017. Disponível em: <http://www.pm.mt.gov.br/escola-tiradentes> <acesso em 18 de Junho de 2017>

MATO GROSSO DO SUL. Polícia Militar. Portaria Nº 008 do Comando Geral de 05 de Junho de 2017. Disponível em: <http://www.pm.ms.gov.br/policia-militar-institui-comissao-para-criar-do-colegio-tiradentes-da-pmms/> <acesso em 25 de Julho de 2017>

MARRIEL, Lucimar C. et al. **Violência escolar e auto-estima de adolescentes**. São Paulo: Caderno de Pesquisa, v. 36, nº127, jan/abr, 2006.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Histórico do Colégio Tiradentes. 2017. Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/conteudoportal/uploadFCK/ctpm/11032013090029446.pdf> <acesso em 15 de Junho de 2017>

_____. Lei Nº 480, de 10 de Novembro de 1949. Cria o colégio da Polícia Militar de Minas Gerais.

NASCIMENTO, Elisângela. Escola com melhor nota no Ideb em Goiás aposta em disciplina rígida. **G1**, Goiânia, 14 ago. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2012/08/escola-com-melhor-nota-no-ideb-em-goias-aposta-em-disciplina-rigida.html> <acesso em 22 de Abril de 2017>

O POPULAR, (Ed.). Goiás terá mais dez colégios da Polícia Militar em 2018. **O Popular**, Goiânia, 15 mar. 2017. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/editorias/cidade/goi%C3%A1s-ter%C3%A1-mais-dez-col%C3%A9gios-da-pol%C3%ADcia-militar-em-2018-saiba-onde-1.1241190> <acesso em 20 de Julho de 2017>

PAIXÃO, Virgílio Guedes da. Comando de Ensino Policial Militar da PMGO. 2017. Entrevista concedida a Marcio Cunha Cabral, Aracruz, 30 mai. 2017.

PARANÁ. Histórico do Colégio da Polícia Militar. 2017. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=109> <acesso em 28 de Maio de 2017>

PERNAMBUCO. Polícia Militar. Histórico do Colégio da Polícia Militar. 2017. Disponível em: http://colegiopmpe.com.br/?page_id=1659 <acesso em 28 de Maio de 2017>

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

RIO GRANDE DO NORTE. Polícia Militar. Oficiais da PMRN visitam Colégio da PMPB. 2017. Disponível em: <http://www.pm.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=105025&ACT=null&PAGE=null&PARM=null&LBL=NOT%C3%8DCIA> <acesso em 21 de Maio de 2017>

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Colégio Tiradentes da Brigada Militar. 2017. Disponível em: <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Site/Estrutura/Ctbm/PortoAlegre/Index.html> <acesso em 12 de Junho de 2017>

SANTA CATARINA. Polícia Militar. Colégio da Polícia Militar. 2017. Disponível em: <http://www.cfnp.com.br/a-historia.asp> <acesso em 10 de Junho de 2017>

SÃO PAULO. **Histórico da Cruz Azul de São Paulo**. Disponível em: <http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/cruzazul/hist.htm> <acesso em 15 de Junho de 2017>

TOCANTINS. Polícia Militar. Colégio da Polícia Militar. 2017. Disponível em: <http://pm.to.gov.br/institucional/estrutura-geral/04-rgaos-especiais/cpm---colegio-da-policia-militar/> <acesso em 15 de Junho de 2017>

VEJA, (Ed.). Brasil é um dos dez piores em rendimento escolar, aponta ranking internacional. **Veja**, São Paulo, 10 fev. 2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/educacao/brasil-e-um-dos-dez-piores-em-rendimento-escolar-aponta-ranking-internacional/> <acesso em 22 de Abril de 2017>

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista: Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITOSANTO
POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA DE ENSINO, INSTRUÇÃO E PESQUISA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E
SEGURANÇA PÚBLICA**

Roteiro de Entrevista: EXMO SR. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA, Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social

1. O senhor possui alguma experiência pessoal envolvendo os colégios geridos pela Polícia Militar?

Resposta: Sim. A primeira experiência que tive como aluno do CPMPE (Colégio da Polícia Militar de Pernambuco), onde estudei de 1978 a 1987. Esse colégio foi concebido originariamente como um colégio militar da PMPE. A segunda experiência foi como gestor da Segurança Pública de PE, quando atuei em 2006 como Secretário-Executivo de Defesa Social de Pernambuco. Dessa forma pude conhecer o CPMPE com um olhar de aluno e também de gestor e todas as duas experiências que tive foram bastante positivas.

2. Qual a opinião do Senhor sobre os colégios militares que são concebidos desde seu nascimento como Colégios da Polícia Militar?

Resposta: Dentre os CPM que foram concebidos desde sua criação como colégios da PM, eu conheço o da PM de Pernambuco e da Bahia. O que mais convivi foi com o CPM de Recife-PE, e a minha opinião é que esse modelo é o ideal, pois preserva mais a essência do militarismo, seus princípios e rituais, apresentando um projeto político pedagógico rigoroso, buscando alcançar um elevado padrão de ensino e disciplina.

3. Qual a opinião do Senhor sobre os colégios da rede pública estadual que são transformados em Colégios da Polícia Militar (a PM assume a gestão de um colégio que já funcionava dentro do sistema normal de ensino)?

Resposta: Vejo com certa ressalva a militarização de escolas públicas de ensino regular, conforme tem ocorrido em alguns estados, pois são alvos de muitas críticas advindas de diversos setores, e ao meu ver possibilitam um certo enfraquecimento e vulgarização do militarismo e seus rituais. Acredito que os CPM devem ter uma vocação voltada para formação de quadros, sem perder a finalidade assistencial.

4. O Senhor conhece o modelo de implantação de Colégios da Polícia Militar que está sendo realizado no estado de Goiás? Qual a sua opinião sobre esse modelo?

Resposta: Conheço e acredito tratar-se de uma medida muito extrema, pois penso que os CPM possuem outra função.

5. Qual a opinião do Senhor sobre o modelo de disciplina aplicado em um Colégio da Polícia Militar?

Resposta: Com a devida observância aos princípios democráticos, acredito ser importante ensinar aos jovens princípios e valores como hierarquia, disciplina, respeito ao símbolos nacionais, ritos militares que não podem ser banalizados. Nos CPM se aprende a seguir um código de honra, se estimula o espírito de corpo dentre outros valores militares. Formam pessoas que sabem pensar e que respeitam o próximo.

6. O Senhor acredita que uma escola mais disciplinada, aos moldes dos colégios militares, reduz a violência escolar e a evasão e aumenta o rendimento dos alunos?

Resposta: Acredito que isso depende mais do projeto pedagógico e dos professores, do que simplesmente transformar a escola em colégio militar. No caso dos colégios originalmente concebidos como COM, todos esses índices são reduzidos a zero e indisciplina e violência não existiam. Os colégios, como o CPMPE, formam mais do que militares, formam cidadãos. Lembro que na minha época a aprovação dos alunos do CPMPE nos vestibulares, era algo normal, quase todos os alunos eram aprovados.

7. Qual a opinião do Senhor sobre a criação de um Colégio da Polícia Militar no Espírito Santo?

Tendo condições para isso, acredito ser muito interessante. Acho importante mostrar aos adolescentes e jovens que existe uma carreira, a militar, que é excelente para ser seguida. No entanto não concordo em criar CPM em larga escala. Os CPM devem existir como uma exceção e não como regra.

ANEXO 1

Tabela 2 - Taxa de homicídios por Unidade da Federação - Brasil, 2004 a 2014

	Taxa de Homicídios por 100 mil Habitantes										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	26,5	25,7	26,2	25,2	26,2	26,6	26,7	26,4	28,3	28,3	29,1
Alagoas	33,9	39,3	51,9	58,4	59,4	58,4	64,6	69,7	62,4	65,5	63,0
Ceará	19,6	20,8	21,8	23,3	24,1	25,5	31,4	32,3	44,1	50,9	52,2
Sergipe	23,8	24,8	29,7	25,8	27,8	31,7	32,6	34,4	40,7	43,6	49,4
Rio Grande do Norte	11,3	13,3	14,5	18,9	22,6	24,5	25,0	31,6	33,6	43,0	46,2
Goiás	25,8	24,8	24,5	24,4	29,4	29,6	30,8	35,4	43,0	45,2	42,7
Pará	22,0	27,4	29,0	30,3	38,7	39,8	46,4	39,7	41,5	43,2	42,6
Mato Grosso	31,4	32,3	31,4	30,7	31,9	33,3	32,1	32,2	34,1	36,8	41,9
Espírito Santo	48,0	46,4	50,7	53,1	54,1	54,7	48,5	44,9	44,6	42,4	41,4
Paraíba	18,2	20,3	22,2	23,2	27,2	33,5	38,2	42,0	39,3	39,6	39,1
Bahia	16,0	19,9	22,9	25,0	32,7	36,7	39,0	36,7	39,7	36,8	37,3
Pernambuco	49,2	50,2	51,7	52,2	50,2	44,4	38,3	38,2	36,3	33,9	35,7
Maranhão	11,3	14,5	14,7	17,1	19,3	21,2	22,6	23,6	26,0	31,4	35,1
Distrito Federal	35,8	32,0	32,4	33,6	35,2	39,5	33,9	36,7	37,8	32,9	33,1
Amapá	29,9	32,8	33,0	27,0	32,4	28,5	37,6	29,6	34,9	29,8	32,9
Rio de Janeiro	48,1	45,8	45,6	40,1	34,0	31,8	32,8	28,2	28,2	29,9	32,1
Roraima	21,2	23,2	26,3	27,0	23,8	25,9	26,7	20,2	34,7	43,9	32,0
Rondônia	37,1	35,8	37,6	27,3	29,7	32,7	32,7	26,5	30,6	27,6	31,9
Amazonas	16,5	18,4	21,0	21,0	23,9	25,9	29,9	35,1	35,2	31,1	31,7
Acre	17,8	18,9	22,9	19,3	18,9	21,1	22,5	22,4	27,4	31,0	29,4
Paraná	27,8	29,1	29,9	29,8	32,8	34,7	33,6	30,8	31,8	26,6	26,6
Mato Grosso do Sul	28,6	27,2	28,9	29,3	28,5	29,7	25,7	26,5	26,6	24,0	26,4
Tocantins	16,0	15,4	17,7	16,5	16,9	20,3	22,1	24,8	25,4	23,1	24,2
Rio Grande do Sul	18,5	18,8	18,2	20,1	21,7	20,3	18,7	18,6	21,3	20,7	24,1
Minas Gerais	22,3	21,9	21,4	20,9	19,6	18,6	18,0	20,9	22,2	22,8	22,5
Piauí	11,5	12,7	14,3	13,2	12,5	12,7	13,7	14,6	17,2	19,1	22,4
São Paulo	28,2	21,7	20,0	15,1	14,7	15,0	13,7	13,1	14,6	13,4	13,4
Santa Catarina	10,9	10,5	11,0	10,4	12,8	12,8	12,8	12,4	12,5	11,6	12,7

Fonte: Atlas da Violência, elaborado pelo IPEA.

ANEXO 2

Tabela 3- Quantitativo de CPM distribuídos por ente federativo

(continua)

Estado	Nº CPM	Data de início	Nome	Vagas	Séries atendidas
Acre	01	2017	Colégio da Polícia Militar	70% para dependente de PM; 15% para dependente de outros agentes de segurança; 15% para membros da comunidade	Ensino fundamental II
Alagoas	02	1996	Colégio da Polícia Militar Tiradentes	Aberto para todo o público	Ensino fundamental II e ensino médio
Amapá	02	2017	Colégio da Polícia Militar e Colégio do Corpo de Bombeiros Militar	Aberto para todo o público	Ensino fundamental II e ensino médio
Amazonas	08	1994	Colégio Militar da PM	(Não informado)	Ensino fundamental I e II e ensino médio. Pré-escola, ensino fundamental I e II e ensino médio.
Bahia	13	1957	Colégio da Polícia Militar	70% para dependentes de PM; 30% para membros da comunidade	Ensino fundamental I e II e ensino médio.
Ceará	03	1997	Colégio da Polícia Militar do Ceará e Colégio Militar do Corpo de Bombeiros do Ceará	50% das vagas são para dependentes de agentes da lei e 50% para membros da comunidade	Ensino fundamental I e II e ensino médio.

(continuação)

Distrito Federal	01	2012	Colégio Militar Tiradentes	Maior parte das vagas são para dependentes de policiais militares	Ensino fundamental II e ensino médio
Goiás	35	1999	CPMG	50% para dependente de PM; 50% para membros da comunidade	Ensino fundamental I e II e ensino médio.
Maranhão	03	2006	Colégio Militar Tiradentes	As vagas são para toda a comunidade	Ensino fundamental II e ensino médio
Mato Grosso	01	1991	Colégio da Polícia Militar Tiradentes	50% das vagas são para dependentes de PM e funcionários públicos estaduais e 50% para membros da comunidade	Ensino fundamental II e ensino médio
Minas Gerais	24	1949	Colégio Tiradentes	Maior parte das vagas são para dependentes de policiais militares	Ensino fundamental I e II e ensino médio
Paraíba	01	1994	Colégio da Polícia Militar	60% para dependente de PM e 40% para membros da comunidade	Ensino fundamental II e ensino médio integral.
Paraná	01	1959	Colégio da Polícia Militar	60% para dependente de PM e 40% para membros da comunidade	Ensino fundamental II e ensino médio integral.
Pernambuco	02	1966	Colégio da Polícia Militar	Maior parte das vagas são para dependentes de policiais militares	Educação infantil, Ensino fundamental I e II e ensino médio.
Piauí	01	2015	Colégio da Polícia Militar	30% para dependentes de Policiais Militares e 70% para membros da comunidade	Ensino fundamental II e ensino médio integral.

(conclusão)

Piauí	01	2015	Colégio da Polícia Militar	30% para dependentes de Policiais Militares e 70% para membros da comunidade	Ensino fundamental II e ensino médio integral.
Rio de Janeiro	01	2006	CPM/ERJ	As vagas são para membros da comunidade	Ensino fundamental II e ensino médio
Rio Grande do Sul	07	1980	Colégio Tiradentes da Brigada Militar	Maior parte das vagas são para dependentes de policiais militares	Ensino fundamental II e ensino médio
Rondônia	01	1990	Colégio Tiradentes da Polícia Militar (CTPM)	70% das vagas para dependente de PM e 30% para membros da comunidade	Educação infantil, Ensino fundamental I e II e ensino médio.
Roraima	01	2011	Colégio Militar Estadual	50% das vagas para dependente de PM e 50% para membros da comunidade	Ensino fundamental II e ensino médio.
Santa Catarina	03	1984	Colégio Policial Militar	90% das vagas para dependente de PM e 10% para membros da comunidade	Ensino fundamental II e ensino médio.
Tocantins	04	2009	Colégio da Polícia Militar	As vagas são para toda a comunidade	Ensino fundamental I e II e ensino médio – Ensino técnico

Fonte: Sites oficiais das polícias militares brasileiras (2017).

Nota: Dados adaptados pelo autor.

ANEXO 3

Tabela 4 - Índice do Ideb de alguns CPM – 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano

Escola (CPM)	UF	Ano	Série Avaliada	Meta Projetada	Ideb alcançado
Escola Tiradentes da Polícia Militar	AL	2011	4ª Série/ 5º Ano	5.7	6.0
		2015	8ª Série/ 9º Ano	4.3	4.7
Colégio Militar da PM do Amazonas	AM	2015	4ª Série/ 5º Ano	6.6	7.7
		2015	8ª Série/ 9º Ano	6.2	6.1
Colégio da Polícia Militar	CE	2015	4ª Série/ 5º Ano	6.9	7.5
		2015	8ª Série/ 9º Ano	5.9	6.3
CPMG Unidade Hugo de Carvalho Ramos	GO	2013	8ª Série/ 9º Ano	5.8	6.3
Colégio da Polícia Militar Dendezeiros	BA	2015	4ª Série/ 5º Ano	5.5	5.9
CPMG Unidade Polivalente Modelo Vasco dos Reis	GO	2015	8ª Série/ 9º Ano	4.7	6.2
Colégio da Polícia Militar	MA	2015	8ª Série/ 9º Ano	4.8	5.8
Colégio Tiradentes da PMMG - Unidade Argentino Madeira	MG	2015	4ª Série/ 5º Ano	6.8	6.8
Colégio Tiradentes da PMMG - Unidade Gameleira	MG	2015	4ª Série/ 5º Ano	7.5	7.4
		2015	8ª Série/ 9º Ano	5.8	6.0
Colégio Tiradentes da PMMG - Unidade Minas Caixa	MG	2015	4ª Série/ 5º Ano	6.6	7.1
Colégio da PM de Pernambuco	PE	2015	4ª Série/ 5º Ano	6.6	7.1
		2015	8ª Série/ 9º Ano	5.3	5.6
Colégio da Polícia Militar	PR	2013	8ª Série/ 9º Ano	6.3	6.4

Fonte: INEP (2017).

Nota: Dados adaptados pelo autor.

ANEXO 4

Tabela 5 - Relação de CPMG em funcionamento no estado de Goiás em 2017

Nº	CIDADE	CPMG	LEI DE CRIAÇÃO
			14.050 21 de dezembro de 2001
01	Goiânia	Polivalente Modelo Vasco dos Reis	14.336 26 de novembro de 2002
			16.152 26 de outubro de 2007
02	Goiânia	Hugo de Carvalho Ramos	14.050 21 de dezembro de 2001
			14.336 26 de novembro de 2002
03	Goiânia	Ayrton Senna	14.050 21 de dezembro de 2001
			14.336 26 de novembro de 2002
04	Anápolis	Dr. César Toledo	14.050 21 de dezembro de 2001
05	Rio Verde	Carlos Cunha Filho	14.050 21 de dezembro de 2001
06	Itumbiara	Dionária Rocha	14.050 21 de dezembro de 2001
07	Anápolis II	Polivalente Gabriel Issa	18.108 25 de julho de 2013
08	Inhumas	Manoel Vilaverde	18.108 25 de julho de 2013
09	Goianésia	José Carrilho	18.108 25 de julho de 2013
10	Aparecida de Goiânia	Nader Alves dos Santos	18.108 25 de julho de 2013
11	Goiás	Prof. João Augusto Perillo	18.108 25 de julho de 2013
12	Jataí	Nestório Ribeiro	18.108 25 de julho de 2013
13	Quirinópolis	Pedro Ludovico	18.108 25 de julho de 2013
14	Porangatu	Tomaz Martins da Cunha	18.108 25 de julho de 2013
15	Novo Gama	José de Alencar	18.108 25 de julho de 2013
16	Valparaíso de Goiás	Fernando Pessoa	18.108 25 de julho de 2013
17	Jussara	Maria Tereza Garcia Neta Bento	18.324 30 de dezembro de 2013
18	Palmeiras de Goiás	Cb. Edmilson de Sousa Lemos	18.507 09 de junho de 2014
19	Goiânia	Miriam Benchimol Ferreira	18.967 22 de julho de 2015
20	Goiânia	Waldemar Mundim	18.967 22 de julho de 2015
21	Goiânia	Jardim Guanabara	18.967 22 de julho de 2015
22	Aparecida de Goiânia	Colina Azul	18.967 22 de julho de 2015
23	Aparecida de Goiânia	Mansões Paraíso	18.967 22 de julho de 2015
24	Aparecida de Goiânia	Madre Germana	18.967 22 de julho de 2015
25	Senador Canedo	Pedro Xavier Teixeira	18.967 22 de julho de 2015
26	Itaberaí	Maria Heleny Perillo	18.812 16 de janeiro de 2015
27	Formosa	Domingos de Oliveira	19.066 21 de outubro de 2015
28	Catalão	Polivalente Dr. Tharsis Campos	18.556 25 de junho de 2014
29	Posse	Dom Prudêncio	18.767 08 de janeiro de 2015
30	Itauçu	C.E de Itauçu	19.066 21 de outubro de 2015
31	Goiatuba	C.E. de Goiatuba	19.066 21 de outubro de 2015
32	Caldas Novas	Nivo das Neves	19.122 15 de dezembro de 2015
33	Ceres	C.E. Hélio Veloso	19.066 21 de outubro de 2015
34	Goiânia	Major Oscar Alvelos	19.265 26 de abril de 2016
35	Jaraguá	C.E Sílvio de Castro Ribeiro	19.066 21 de outubro de 2015

Fonte: PMGO (2017).

Nota: Dados adaptados pelo autor.

ANEXO 5

Tabela 6 - Relação de CPMG aguardando implantação no estado de Goiás em 2017

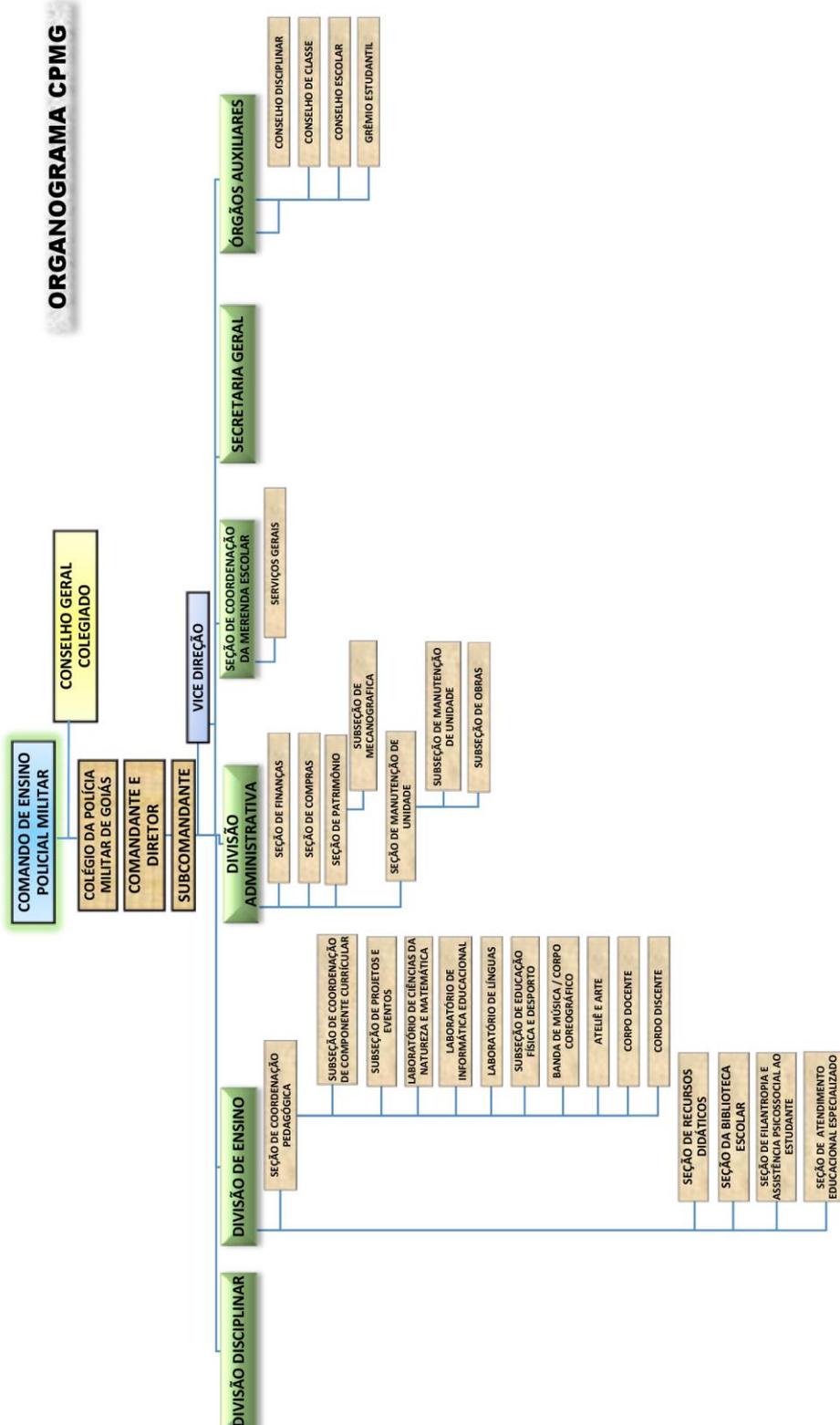
Nº	CIDADE	CPMG	LEI DE CRIAÇÃO
01	São Luís de Montes Belos	Sebastião de Almeida Primo	19.265 26 de abril de 2016
02	Itapuranga	Falta definir unidade	19.332 03 de junho de 2016
03	Águas Lindas	Falta definir unidade	18.342 30 de dezembro de 2013
04	Mineiros	Falta definir unidade	18.324 30 de dezembro de 2013
05	Luziânia	Falta definir unidade	18.324 30 de dezembro de 2013
06	São Miguel do Araguaia	Dorival Brandão de Andrade	18.324 30 de dezembro de 2013 19.578 06 de janeiro de 2017
07	Pontalina	Falta definir unidade	18.324 30 de dezembro de 2013
08	Santa Helena	Falta definir unidade	18.556 25 de junho de 2014
09	Vianópolis	Americano do Brasil	19.308 17 de maio de 2016
10	Goianópolis	Benedita Brito de Andrade	19.308 17 de maio de 2016
11	Goianira	José Silva Oliveira	19.578 06 de janeiro de 2017
12	Anápolis	Arlindo Costa	19.578 06 de janeiro de 2017
13	Silvânia	Professor José Pascoal da Silva	19.578 06 de janeiro de 2017
14	Morrinhos	Pedro Nunes	19.578 06 de janeiro de 2017
15	Pirenópolis	Comendador Christóvam de Oliveira	19.651 12 de maio de 2017
16	Ipameri	José Pio de Santana	19.651 12 de maio de 2017
17	Petrolina de Goiás	Santa Terezinha	19.651 12 de maio de 2017
18	Itapaci	Geralda Andrade Martins	19.651 12 de maio de 2017
19	Nerópolis	Doutor Negreiros	19.651 12 de maio de 2017

Fonte: PMGO (2017).

Nota: Dados adaptados pelo autor.

ANEXO 6

Figura 1 - Organograma dos CPMG



Fonte: PMGO (2017).

Nota: Dados adaptados pelo autor.

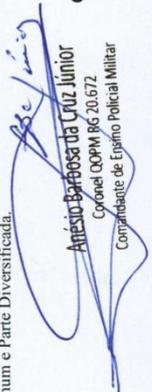
ANEXO 7

Figura 2 - Matriz Curricular do CPMG - Ensino Fundamental II

AREA DO CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA												
		6º ANO			7º ANO			8º ANO			9º ANO			
		CHS	CHA	CHA	CHS	CHA	CHA	CHS	CHA	CHA	CHS	CHA	CHA	
PARTE NACIONAL COMUM E ASSE NACIONAL DIVERSIFICADA	I - Linguagens	241 - LÍNGUA PORTUGUESA	5	200	5	200	6	240	6	240	6	240	6	240
		121 - LÍNGUA ESTR. MOD. - INGLÊS	2	80	2	80	2	80	2	80	1	40	1	40
		76 - LÍNGUA ESTR. MOD. - ESPANHOL	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40
		11 - ARTE	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40
	II - Matemática	1260 - EDUCAÇÃO MUSICAL	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40
		55 - EDUCAÇÃO FÍSICA	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120
		TOTAL DE C.H. DA ÁREA	13	520	13	520	14	560	13	520	13	520	13	520
		124 - MATEMÁTICA	5	200	5	200	5	200	5	200	4	160	4	160
	III - Ciências da Natureza	MATEMÁTICA APLICADA	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
		TOTAL DE C.H. DA ÁREA	5	200	5	200								
205 - CIÊNCIAS		3	120	3	120	3	120	3	120	4	160	4	160	
TOTAL DE C.H. DA ÁREA		3	120	3	120	3	120	3	120	3	120	4	160	
IV - Ciências Humanas	98 - GEOGRAFIA	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120	
	103 - HISTÓRIA	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120	
	553 - NOÇÕES DE CIDADANIA	2	80	2	80	2	80	2	80	1	40	1	40	
	63 - ENSINO RELIGIOSO	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	
TOTAL DE C.H. DA ÁREA	9	360	9	360	9	360	8	320	8	320	8	320		
TOTAL GERAL	30	1200	30	1200	30	1200	30	1200	30	1200	30	1200		

Observações:

- 1 - O Ensino Religioso será ministrado conforme Resolução do CEE/GO nº 285/2005, Resolução do CEE/GO nº 2/2007, Resolução do CNE/CEB nº 07/2010 Art. 15 § 6º e Art. 29 da Resolução CEE/CP nº 5/2011.
- 2 - Conforme Lei nº 9.394/96, Resolução CNE/CEB nº 7/2011, Resolução CEE/CP nº 5/2011 e Parecer CEE/CLN nº 631/2011. "A Música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, o qual compreende também as Artes Visuais, o Teatro e a Dança, conforme o § 6º do Art. 26 da Lei nº 9.394/96."
- 3 - A Lei Federal nº 9.394/96 Art. 26 § 3º, com redação dada pela Lei Federal nº 10.793/2003 e Resolução CEE/CP nº 5/2011 afirma que a Educação Física integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica. A Resolução CEE GO nº 04/2006 dispõe sobre a prática de Educação Física no Ensino Fundamental e Médio do Estado de Goiás.
- 4 - Os estudos da Filosofia e da Sociologia constituem-se em parte integrante do ensino fundamental e médio no âmbito do Sistema Educativo do Estado de Goiás, com início obrigatório a partir de 2007, inclusive, e no ensino fundamental, devem ser tratados como temas transversais que permeiam todas as disciplinas, de acordo com a Resolução CEE/GO nº 291, de 16 de Dezembro de 2005.
- 5 - O artigo 17 da Resolução CNE/CEB nº 7/2010 especifica que no currículo do Ensino Fundamental será incluído, obrigatoriamente, pelo menos, o ensino de uma Língua Estrangeira Moderna, a partir do 6º ano, na parte diversificada, sendo a língua espanhola uma das opções.
- 6 - Conforme o Art. 26-A da Lei nº 9.394/96, alterado pela Lei nº 11.645/2008 e Resolução CEE/CP nº 5/2011: "Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.", sendo os conteúdos referentes a essas temáticas, ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Arte, História e Literatura.
- 7 - Os temas elencados no Art. 16 da Resolução CNE/CEB nº 07/2011, Art. 16 da Resolução CNE/CEB nº 4/2010 e Art. 30 da Resolução CEE/CP nº 5/2011 devem ser trabalhados de forma multidimensional, integrados e permeando a Base Nacional Comum e Parte Diversificada.


Anésio Barbosa da Cruz Júnior
 Coronel OOPM RG 20.672
 Comandante de Ensino Policial Militar


Maria Rocha de S. S. S. S.
 Comandante de Ensino Policial Militar



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
COLÉGIOS DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS
ENSINO FUNDAMENTAL 2017

Fonte: PMGO (2017).
 Nota: Dados adaptados pelo autor.

ANEXO 8

Figura 3 - Matriz Curricular do CPMG – Ensino Médio

ÁREA DO CONHECIMENTO	CÓD. DISC.	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA						TOTAL
			1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		
			CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	
BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA	792	GRAMÁTICA	2	80	2	80	2	80	240
	242	LITERATURA	1	80	2	80	2	80	240
	121	LÍNGUA ESTR. MOD. - INGLÊS	1	40	1	40	1	40	120
	363	LÍNGUA ESTR. MOD. - ESPANHOL	1	40	1	40	1	40	120
	129	ARTE	1	40	1	40	1	40	120
	55	EDUCAÇÃO FÍSICA	1	40	1	40	1	40	120
		TOTAL DE C.H. DA ÁREA	8	320	8	320	8	320	960
	85	FÍSICA	2	80	2	80	2	80	240
	176	QUÍMICA	2	80	2	80	2	80	240
	15	BIOLOGIA	2	80	2	80	2	80	240
III - Ciências da Matemática e suas Tecnologias	124	MATEMÁTICA	4	160	4	160	4	160	480
		TOTAL DE C.H. DA ÁREA	4	160	4	160	4	160	480
	103	HISTÓRIA	2	80	2	80	2	80	240
	98	GEOGRAFIA	2	80	2	80	2	80	240
III - Ciências Humanas e suas Tecnologias	87	FILOSOFIA	1	40	1	40	1	40	120
	183	SOCIOLOGIA	1	40	1	40	1	40	120
		TOTAL DE C.H. DA ÁREA	6	240	6	240	6	240	720
DISCIPLINAS ELETIVAS		SUB TOTAL	24	960	24	960	24	960	2880
		BIOLOGIA AMBIENTAL	1	40	1	40	1	40	120
	287	FÍSICA MODERNA	1	40	1	40	1	40	120
	465	QUÍMICA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE	1	40	1	40	1	40	120
	209	REDAÇÃO	1	40	1	40	1	40	120
		MATEMÁTICA APLICADA	1	40	1	40	1	40	120
	94	EDUCAÇÃO FÍSICA ESPORTIVA	1	40	1	40	1	40	120
		TOTAL DE C.H. DA ÁREA	6	240	6	240	6	240	680
		ENSINO RELIGIOSO	*	*	*	*	*	*	40
		TOTAL DE C.H. DA ÁREA	30	1.200	30	1.200	30	1.200	3.600
NÚCLEO OPCIONAL									
	V-DISCIPLINAS OPCIONAIS								
	TOTAL GERAL	30	1.200	30	1.200	30	1.200	3.600	

OBSERVAÇÕES:

- 1 - As disciplinas opcionais oferecidas ao aluno, após a escolha farão parte da carga horária total estabelecida pelo curso e serão cursadas anualmente;
- 2 - Educação Física, integrada à Proposta Pedagógica é componente curricular, obrigatório na Educação Básica - Lei nº 10.793/03;
- 3 - A Língua Estrangeira Moderna - Espanhol - é disciplina obrigatória no Ensino Médio, conforme a Lei nº 11.161/05;
- 4 - Serão incluídas Sociologia e Filosofia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio, conforme a Lei 11.684/2008;
- 5 - Os conteúdos referentes à História de Goiás, História e Cultura Afro-Brasileira e indígena, serão ministradas no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias (Lei nº 11.684/2008);
- 6 - Os conteúdos de Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo, Tecnologia de Comunicação, Preparação para o Trabalho, Educação para o Trânsito; Temas Locais, serão integrados aos conteúdos dos Componentes Curriculares;
- 7 - A Matriz Curricular contempla os 200 dias letivos com carga horária anual mínima de 1200 horas, com hora-aula de 50 minutos para todas as aulas do turno matutino;
- 8 - Educação Religiosa constitui disciplina do horário normal da Escola sendo seus conteúdos distribuídos nas disciplinas de Filosofia e Sociologia de acordo com o artigo 2º da Resolução C.E.E. nº 02 de 02/02/2007.

Alexsandra de Oliveira Terribelle
 Gerente de Apoio ao Ensino Médio

Anísio Barbosa da Cruz Júnior
 Coronel QOPM RG 20.672
 Comandante-de Ensino Policial Militar

Comando de Ensino Policial Militar, em Goiânia - GO, janeiro de 2017.

ESTADO DE GOIÁS
 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
 SUBSECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
 COLÉGIOS DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS
 ENSINO MÉDIO 2017 - MATUTINO/ESPÉRTIMO

PACTO PELA EDUCAÇÃO
 UMA FORTUNA MELHOR. UMA PAZ MELHOR.

SECRETARIA DE ESTADO
 DA EDUCAÇÃO

GOVERNO DE
GOIÁS
 Fazendo o melhor pra você.

Fonte: PMGO (2017).

Nota: Dados adaptados pelo autor.

ANEXO 9

PLANEJAMENTO ANUAL DE NOÇÕES DE CIDADANIA – 9º ANO

OBJETIVOS GERAIS:

Como Objetivos Gerais a serem alcançados com a disciplina de Noções de Cidadania se seguem:

- Estimular no aluno a busca por uma sociedade mais justa e igualitária abordando de forma teórica e prática valores humanos necessários para isso.
- Valorizar o civismo como elemento de identidade de uma nação que reconhece o valor da vida coletiva baseada na ordem e na solidariedade;
- Reconhecer a cidadania para além do conceito teórico, mas no seu exercício como um conjunto de práticas e saberes necessários, baseados na existência de direitos, deveres e obrigações de cada elemento da sociedade, Estado e pessoas.
- Conhecer os instrumentos legais que determinam aspectos importantes de nossa cidadania, como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e a Constituição Federal, para que se cumpra e se faça cumprir o que é de direito.
- Reconhecer no modelo de Colégio Militar uma estrutura de ensino diferenciada, que se baseia na ordem e na disciplina como elementos de sucesso na condução dos estudos, da vida pessoal e profissional.
- Orientar o aluno a analisar a sociedade de forma compreender seus aspectos objetivos e subjetivos, ao mesmo tempo em que intervém de forma consciente em sua realidade.
- Estimular o espírito cooperativo, a empatia e oportunizar situações de interação com os colegas, na construção de uma convivência harmônica e na busca de soluções dialogadas para as divergências inerentes do viver em grupo.
- Abordar de forma clara e objetiva as questões ligadas ao consumo de drogas e à violência, desenvolvendo uma visão crítica sobre esses assuntos como base de enfrentamento dessa problemática social através do Programa de Prevenção e Resistência às Drogas e à Violência – PROERD.

UMA AULA SEMANAL

1º E 2º BIMESTRE

Eixo temático de todos os Bimestres: Civismo e Cidadania Aulas previstas: 10

Conteúdos Programáticos	Estratégias de Ensino	Expectativa de Aprendizagem	Avaliação (Instrumentos)
Regulamento Disciplinar do CPMG:	Participação nos trabalhos de sala/casa – organização das atividades do	-Noção de disciplina e indisciplina. -Da esfera de ação do Regulamento disciplinar e da competência para sua aplicação. -O sistema de pontuação disciplinar e sua classificação. -Transgressões disciplinares.	Devolutiva oral, prática e escrita do assunto em estudo.
Ordem Unida Militar:	grupo	-Comandos básicos em Ordem Unida e sinais de respeito. -Apresentação individual e atribuições do Chefe de Turma e Subchefe.	

3º BIMESTRE

Conteúdos Programáticos	Estratégias de Ensino	Expectativa de Aprendizagem	Avaliação (Instrumentos)
Educação para o Trânsito	Aula expositiva e produção de texto individual sobre o conteúdo proposto.	-Gentileza urbana x Violência no trânsito (estudos de caso e reflexão). -A lei seca e a prevenção de acidentes. -Posturas que salvam vidas: noções de primeiros socorros. -Transporte coletivo <i>versus</i> transporte particular: estudo de caso da RMTC Goiânia. -Reflexões sobre a Semana Nacional do Trânsito (penúltima semana de setembro desde 1997).	Devolutiva oral, prática e escrita do assunto em estudo.

4º BIMESTRE

Conteúdos Programáticos	Estratégias de Ensino	Expectativa de Aprendizagem	Avaliação (Instrumentos)
Valores Morais, Sociais e Cívicos: o fazer do bom cidadão.	Produção de texto (espontâneo, sugerido, individual, coletivo).	Respeito: definição, formas de respeito e escuta ativa. Autoestima: definição Responsabilidades sociais e legais – tribunal simulado. Violência – definição, formas de violência, o bullying. Mediação do conflito Dilemas morais – moral e direito.	Devolutiva oral, prática e escrita do assunto em estudo.

Fonte: PMGO (2017).

Nota: Dados adaptados pelo autor.

ANEXO 10

Figura 4 - CPMG – Unidade Hugo de Carvalho Ramos: “Escola de Civismo e Cidadania”



Fonte: PMGO, 2017.